



Luta dos negros: compromisso de todos

Publicação do CEDI ■ Número 227 ■ Janeiro/fevereiro de 1988 ■ C2\$ 40,00

Tempo e presença

E7617
A-186
80C 11

tempo e presença

Revista mensal
do CEDI

Jan-fev 88

CEDI Centro Ecnômico de Documentação e Informação

Rua Cosme Velho, 98, fundos
22241 - Rio de Janeiro - RJ
Telefone: (021) 205-5197
Telex: 021 37982 CIED BR

Av. Higienópolis, 983
01238 - São Paulo - SP
Telefone: (011) 825-5544
Telex: 011 26516 ECU M BR

Conselho Editorial
Aloizio Mercadante Oliveira
Carlos Rodrigues Brandão
José Oscar Bezzo
José Roberto Pereira Novaes
Luiz Eduardo Wanderley
Milton Schwantes
Rubem Alves

Editor
Jether Pereira Ramalho

Editor Assistente
Marco Antônio Piva

Jornalista Responsável
Marco Antônio Piva

Marco Antônio Piva
Reg. Prof. nº 12.911

Secretário de Redação
Flávio Irala

Diagramador e Secretário Gráfico
João Francisco Esvel

Capa
Anita Slade

Fotolito
Rei Tom Arre&Fotolito

Impressão e Acabamento
Gráfica Pirâmide

Preço do exemplar avulso: **CZ\$ 40,00**

Assinatura anual: **CZ\$ 350,00**

Assinatura de apoio: **CZ\$ 500,00**

Que emprego será garantido pelo artigo que trata da questão na Constituinte e foi aprovado pela Comissão de Sistematização? Uma análise rápida revela a fragilidade dessa garantia. Primeiro, prevê o artigo que não haverá garantia no caso de con-

trato a termo, ou seja, por prazo determinado, o que abre uma brecha interessante para os empresários, sobretudo os da construção civil. Segundo o mesmo artigo, tampouco terá garantia de emprego o trabalhador que sofre de esclarecimento, de um conhecimento da realidade mais de vel, expressão vaga que abrange todo fato econômico não sujeito ao controle da empresa (queda de vendas e falta de matérias-primas, componentes etc.). Como a queda de vendas, é sobretudo em nossa época, é uma característica de todas as empresas — grandes ou pequenas — fica óbvio que a garantia de emprego (robótica-gão, automação, máquinas mais produtivas) constitui a terceira obra — como é a tendência das indústrias — os empregos serão cada vez menos garantidos. Também não terão garantia os trabalhadores em empresas com até dez empregados, o que significa uma proporção considerável no conjunto de assalariados brasileiros.

Por fim, é bom lembrar que só terá garantia de emprego quem tiver carteira de trabalho assinada. E mais do que sabido que há um enorme contingente de trabalhadores sem carteira assinada, que só tenderá a crescer se esta frágil garantia de emprego for aprovada pelo plenário da Constituinte. Os padrões certamente darão preferência a esse tipo de expediente ilegal que, além de não garantir o emprego, poupa os dos encargos sociais (FGTS, INPS etc.).

Diante disso, só resta a conclusão de que o estardalhaço provocado pelos empresários e seus representantes no Congresso nos meios de comunicação pretende vender a imagem de que o poder econômico não está tão influente, como foi denunciado pelos setores progres-

Cartas

sistas. Quer também imputar estes últimos um poder excessivo e caracterizá-los como uma minoria barulhenta que não respeta as reivindicações de uma suposta "maioria moderada".

Roberto Martins Campos
Niterói, RJ.

Recebi *Tempo e Presença* e agradeço. Obrigado. Enquanto falarem a verdade, gostarei e assinarei. É urgente um trabalho de esclarecimento, de um conhecimento da realidade mais de acordo com a ciência. Como trabalho ao controle da empresa (queda de vendas e falta de matérias-primas, componentes etc.). Como a queda de vendas, é sobretudo em nossa época, é uma característica de todas as empresas — grandes ou pequenas — fica óbvio que a garantia de emprego (robótica-gão, automação, máquinas mais produtivas) constitui a terceira obra — como é a tendência das indústrias — os empregos serão cada vez menos garantidos.

O fato tecnológico (robótica-gão, automação, máquinas mais produtivas) constitui a terceira obra — como é a tendência das indústrias — os empregos serão cada vez menos garantidos. Também não terão garantia os trabalhadores em empresas com até dez empregados, o que significa uma proporção considerável no conjunto de assalariados brasileiros.

Benjamin Boger
Curitiba, PR

O trabalho que vocês vêm desenvolvendo é da maior importância.

Edson Jorge Feltrin
Lages, SC

Gostaria imensamente de agradecer o fato de ter recebido todas as edições de *Tempo e Presença* no ano passado. Como nos foi útil. Iniciamos agora o trabalho pastoral com mais qualidade para que isso aconteça. Parabéns. Estamos com vocês.

Iracles Vieira
Goiânia, GO

tância e, sem dúvida, promove o avanço da igreja evangélica no Brasil. *Tempo e Presença* e *Aconteceu no Mundo Evangélico* desempenham, cada um, o papel de promover a reflexão e passar informações que raramente temos acesso.

LEVANTAMENTO POVOS INDÍGENAS DO BRASIL

Volume 3 — Amapá/Norte do Pará	CZ\$ 650,00
Volume 5 — Javari	CZ\$ 400,00
Volume 8 — Sudeste do Pará (Tocantins)	CZ\$ 600,00

AGNTECEU ESPECIAL

Tabalhadores rurais 1980	CZ\$ 80,00
Tabalhadores rurais 1981	CZ\$ 80,00
Tabalhadores urbanos 1980	CZ\$ 80,00
Tabalhadores urbanos 1981	CZ\$ 80,00
Fiat 1981	CZ\$ 80,00
Povos indígenas no Brasil 83	CZ\$ 320,00
Povos indígenas no Brasil 84	CZ\$ 450,00
Povos indígenas no Brasil 85/86	CZ\$ 1.000,00

CADERNOS DO CEDI

Igrejas: desenvolvimento e participação popular	CZ\$ 110,00
Canavieiros em greve	CZ\$ 150,00
Educação popular: alfabetização e primeiras contas	CZ\$ 200,00
6ª Assembleia do CMI	CZ\$ 110,00
Deixai vir a mim os pequeninos	CZ\$ 300,00
Unidade e prática da fé	CZ\$ 300,00
Onze de abril: o dia da audácia	CZ\$ 300,00

Democracia e justiça: lutas do povo negro

Editorial

Diversas comemorações estão sendo programadas, no Brasil, para o ano de 1988, com referência ao centenario da chamada libertação da escravidão do povo negro. Cremos que mais do que ênfases em festividades deveríamos ter fases em reflexão e avaliação dos momentos de reflexão e avaliação do povo negro. Também verificar criticamente as causas políticas e econômicas que levaram o país, no século passado, a decretar as nomeadas leis abolicionistas.

Não podemos camuflar a situação atual ressaltando apenas a extraordinária contribuição do negro à cultura brasileira, com sua música, sua comida, sua religião e sua beleza. Nem destacar, simplesmente, o seu heróico trabalho na construção da economia do nosso país. Além, os grupos dominantes já estão usando os meios massivos de comunicação para mostrar que a escravidão acabou, que a discriminação racial é invenção de uma minoria de inconformados e que vivemos num ambiente de plena paz e fraternidade. Felizmente, grande parte da nossa sociedade não é tão ingênua a ponto de se deixar iludir por essa bem urdida propaganda.

Temos que enfrentar a situação como realmente se apresenta — com toda a sua perversidade e cinismo. Depois de cem anos constata-se que a discriminação continua, que estereótipos existem e que o povo negro ainda vive em situação de opressão e sofrimento. Que a discriminação racial é uma mentira e que a libertação do negro ainda não aconteceu. As últimas pesquisas estão indicando que há muito caminho a percorrer e que causas profundas e estruturais precisam ser derubadas para a construção de relações mais justas entre as pessoas.

Certamente há indícios positivos, nestes últimos anos, a serem constatados. Os movimentos negros surgem e se fortalecem em todos os cantos do país. Representam novo momento na luta contra o racismo. Indicam tomada de consciência de que eles mesmos serão os sujeitos principais da sua real libertação. Poderá haver divergências entre esses movimentos, mas há um elemento de unidade fortíssima que ultrapassa as diferenças porventura existentes — a determinação de que

O ano de 1988 deve marcar não apenas um momento de confissão do compromisso político ou ativo da maioria da sociedade brasileira com uma estrutura racista e discriminatória, mas a oportunidade especial de demonstração, através de atos decisivos e concretos, de que estamos dispostos a quebrar esses muros de separação que alimentamos e constituímos nestes séculos. Sem isso não poderemos ter paz, nem democracia. Essa luta se fortalece, ecumenicamente, mais um sinal e uma contribuição para a luta de todos vislumbram que as atitudes racistas, discriminatórias e opressoras já estão derrotadas. Breve vamos celebrar, todos juntos, mais essa vitória.

Índice

Negro

- 4 AINDA UM PAÍS DE SENHORES E ESCRAVOS
Joel Rufino dos Santos
- 6 AS ORGANIZAÇÕES DO MOVIMENTO NEGRO
Caetana Damasceno
Miguel Santos
Sônia Giacomini
- 8 ESTERÉOTIPOS RACIAIS: ALGUMAS INFLUÊNCIAS
Vera Figueira
- 10 DEMOCRACIA: A CONTRIBUIÇÃO DO MOVIMENTO NEGRO
Hélio Silva Junior
- 12 MERCADO DE TRABALHO: ESFORÇO MAIOR, SALÁRIO MENOR
Marcia Cruz Piva
- 14 CRIANÇA NEGRA: RETRATO SEM RETOQUES
Togo Yoruba
- 16 A EVANGELIZAÇÃO DOS NEGROS
Mauro Baptista
- 18 IGREJA, ESCRAVIDÃO E RACISMO
Antonio Olímpio Sant'Ana
- 21 MULHERES NEGRAS: UMA NOVA DIMENSÃO TEOLÓGICA
Marília Schüller
- 23 O RACISMO NA LITERATURA RELIGIOSA
Marcos Rodrigues da Silva
- CONSTITUINTE
- 25 O NEGRO NA CONSTITUINTE
Benedita da Silva
- América Latina
- 27 COLOMBIA: SINAL FECHADO PARA A VIDA
Manuel Gutiérrez
- Rubem Alves
- 28 INAUGURAR OBRAS, CONSTRUIR POVOS
- ANOTE
- 30 DIREITOS HUMANOS AGORA MASSACRE NO GARIMPO CENTRAL: QUE MAIORIA É ESSA?
YANOMAMI: ALERTA CONTRA O GENOCÍDIO
NICARÁGUA: SOLIDARIEDADE BRASILEIRA
- 32 ESCRAVIDÃO NA BIBLIA
Milton Schwantes
- 31 O ISLÃ COMANDA A INSSURREIÇÃO
Edson Silva
- Última página
RIR DE MORRER
Rubem Alves

100 ANOS DE ABOLIÇÃO

Ainda um país de senhores e escravos

Joel Rufino dos Santos



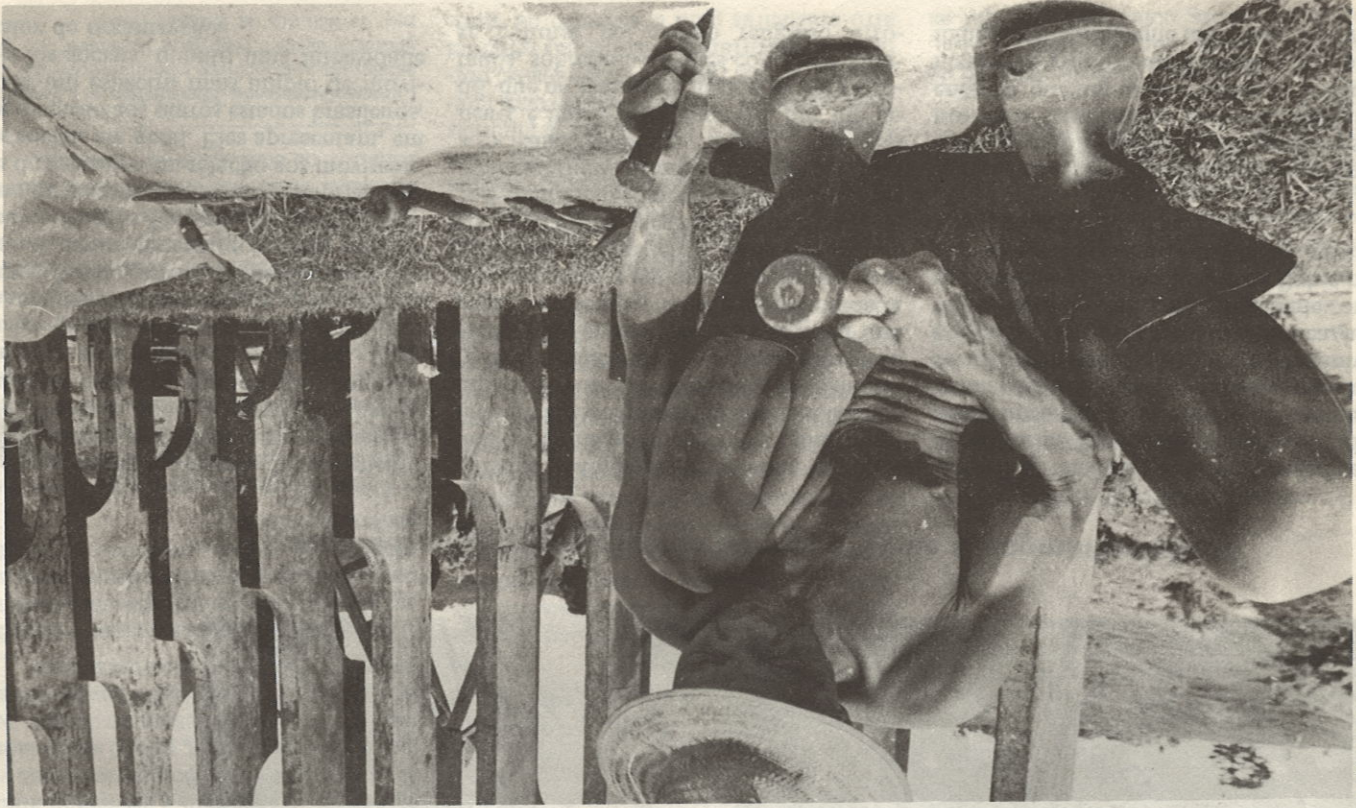
João Roberto Ripper

Muita gente pensa que não há nada a comemorar neste centenário da Abolição. Tem razão: em diversos aspectos a situação econômica e social do povo brasileiro é pior do que no tempo da escravidão. Há também muitas semelhanças entre as elites escravocratas do passado e as burguesas de hoje — aí compreendidos os intelectuais e líderes políticos ditos progressistas. Cem anos passados da assinatura da Lei Áurea, contudo, essencialmente, um país de senhores e escravos.

Se os meios de comunicação, por exemplo, junto com os votos de Axé, divulgarem os textos das *leis abolicionistas*, a opinião pública ficaria estareçada com sua inocuidade e hipocrisia — só comparáveis a alguns preceitos do projeto de constituição atual.

Foram necessárias duas leis para abolir o tráfico negro: a de 1831 e a de 1850 (dita Eusébio de Queiróz). A primeira “não pegou” e, como acontece ainda hoje com tantas leis brasileiras, se alguém acenasse com ela diante dos traficantes e dos compradores, seria objeto de chacota. Durante a vigência da lei de 1831 foi que o tráfico de africanos para o Brasil mais cresceu, chegando a entrar num só ano 50 mil — para a lavoura do café e as atividades urbanas em crescimento.

A de 1850 “pegou”: os compradores tiveram que se contentar, desde então, com escravos comprados aqui mesmo. Por quê? Primeiro, a Marinha britânica nos encostara à parede: o tráfico ou a guerra. Segundo, o tráfico negroiro descapitalizava o país: vinham os negros, iam-se as divisas. E, enfim, como as compras eram feitas geralmente a crédito, o fazendeiro dan- do como garantia a hipoteca da terra, muitas fazendas acabavam mudando de mãos — dos “legítimos proprietários” para as dos traficantes, quase sempre estrangeiros. A terceira lei abolicionista é de 1871, dita do Ventre Livre. A guerra de agressão contra o Paraguai recém acabara e sucediam-se os conflitos entre ex-soldados pretos (a



João Roberto Ripper

dos e prósperos, que operavam preferencialmente com mão-de-obra assalariada, desistiram da escravidão; os mais tacanhos e estagnados ficaram isolados.

co de graça como compensação — uma curiosa espécie de indenização — a seus

Movimento abolicionista

quem se prometera liberdade) e seus donos. negociou no Parlamento uma lei que libe-

E dentro deste quadro que se pode compreender a Abolição. O 13 de Maio foi uma solução encontrada pela classe dirigente de então para um duplo problema: o desgaste econômico da escravidão e a pressão do movimento abolicionista radical. Cuidado, porém, para não simplificar: o trabalho escravo, em si, não dava prejuízo, uma vez que se podia também obter lucro ou mais-valia, pelo pagamento de sa-
ndnimo da escravidão estamos falando do pequeno lucro do trabalho escravo *mais* o gasto enorme com a manutenção do sistema e reposição dos escravos fugidos — sobretudo a partir de 1885, quando a campanha se radicalizou. Em suma: o trabalho escravo continuava lucrativo; o sistema escravista é que ficara inviável.

Se a Lei do Ventre Livre ajudou alguns engenhos, esta dos Sexagenários desmoralizou completamente a elite governante: se dependesse dela a escravidão se reforçaria ao invés de acabar. Em consequência, o movimento abolicionista, que existia organizadamente desde 1879, redobrou de intensidade. A Confederação Abolicionista, presidida por Luis Gama, com sede no mesmo prédio do Centro Operário Italiano, em São Paulo, trabalhou incansavelmente por tornar nacional a campanha.

A Lei do Ventre Livre passou por dois pontos a 35. O governo foi taxado de irresponsável, demagógico e convenista. Pobre D. Pedro! No entanto, qualquer um perceberia a farsa:

Art. 1º — Os filhos da mulher escrava, que nascerem no Império desde a data desta lei, serão considerados de condição livre. § 1º Os ditos filhos menores ficarão em poder e sob a autoridade dos senhores de suas mães, os quais terão obrigação de criá-los e tratá-los até a idade de oito anos completos.

Talvez exatamente por isso a Lei Aurea seja tão seca: "Art. 1º — É declarada extinta a escravidão no Brasil!" "Art. 2º — Revogam-se as disposições em contrário!"

Chegando o filho da escrava a esta idade, o senhor da mãe terá a opção, ou de receber do Estado a indenização de 600 mil, ou de utilizar-se dos serviços do menor até a idade de 21 anos completos" etc.

Joel Ruíno dos Santos, historiador, e secretário geral do Memorial Zumbi. Publicou diversos livros didáticos e paradiplomáticos de História do Brasil. Escreveu ainda *O que é racismo* (Brasiliense) e *Constituintes de ontem — Constituinte de hoje* (Atica).

A quarta lei abolicionista foi a de 1885, a Lei Saratava-Cotegipe, mais conhecida como a Lei do Ventre Livre. Ela estabeleceu a indenização de 600 mil, ou de utilizar-se dos serviços do menor até a idade de 21 anos completos" etc.

Art. 1º — Os filhos da mulher escrava, que nascerem no Império desde a data desta lei, serão considerados de condição livre. § 1º Os ditos filhos menores ficarão em poder e sob a autoridade dos senhores de suas mães, os quais terão obrigação de criá-los e tratá-los até a idade de oito anos completos.

Caetano Damasceno, Milcênio Santos e Sonia Giacomini são antropólogos e pesquisadores do "Programa Religião e Negritude Brasileira" do Instituto de Estudos da Religião (Isert).

O que foi tratado aponta inúmeras questões. Descontinuidades, fortalecimentos e ambiguidades. Mas também um espoucar de possibilidades entre as quais a emergência de novas formas de envolvimento a partir de outros pontos: a Campanha da Fraternidade da CNBB, os diversos encontros da "Tradição dos Orixás", a criação/gaço/fortalecimento de espaços políticos no âmbito do Estado, dos partidos, dos sindicatos e um reforço nas atividades acadêmicas. Tudo isso tendo como fator detonador os cem anos de Abolição.

As entidades/grupos possuem também, em alguns casos, vinculações institucionais com o Estado através de universidades, sindicatos, partidos políticos e órgãos governamentais.

É, no interior desse campo religioso, fica evidenciada a primazia do candomblé. Com efeito, as religiões afro-brasileiras e, em especial, os "candomblés de nação", têm uma significação especial no campo cultural, na medida em que, de modo geral, os grupos/entidades as tomam como religiões tradicionais dos negros cuja valoração/legitimação é associada àquela do negro brasileiro. Boa parte dessas vinculações são, contudo, pouco institucionalizadas em virtude mesmo do caráter pouco institucionalizado e/ou burocratizado do campo religioso afro-brasileiro.

Além das interligações próprias do movimento negro entre si; em segundo, com grupos religiosos; depois com universidades e, finalmente, com o Estado. Esta sequência pode ser lida através de um *continuum*, cujos extremos sinalizam tanto um maior número de ligações com estruturas menos formalizadas, quanto uma distância relativa do Estado.

A maioria dos grupos/entidades apontam vários vínculos institucionais formais e informais. Os tipos de vinculação podem ser classificados em ordem crescente: em primeiro lugar, das entidades de movimento negro entre si; em segundo, com grupos religiosos; depois com universidades e, finalmente, com o Estado. Esta sequência pode ser lida através de um *continuum*, cujos extremos sinalizam tanto um maior número de ligações com estruturas menos formalizadas, quanto uma distância relativa do Estado.

Os vínculos

Essa direção política e ideologicamente. Esse eixo geral é o de combate e denúncia do racismo/discriminação (que passa pela valoração/vivificação de valores religiosos/culturais negros e pela revisão da história), ou seja, pelo combate a fenômenos que, entretanto, não estão circunscritos ou delimitados local ou espacialmente, mas que passam e se atualizam no conjunto do país e das relações sociais.

Os grupos/entidades de movimento negro desenvolvem um conjunto de atividades de formação e propaganda; ser agrupadas em três categorias distintas: cultura e da política. As atividades podem ser agrupadas em três categorias distintas: a) atividades de formação e propaganda; b) atividades econômicas e assistenciais; c) atividades de mídia e comunicação.

A forte tematização da "cultura negra" remete, sem dúvida, à construção de uma identidade racial positiva. Nesse sentido, é através da cultura que se procura forjar uma identidade negra, apresentando a cultura, no caso, uma função essencialmente política.

As atividades

Uma característica desses grupos/entidades é uma concentração em capitais e suas periferias. Percebe-se que a maior incidência em capitais não se expressa somente a nível de localização, mas também quanto ao âmbito de atuação dos grupos. Nesse sentido as entidades/grupos têm uma característica acentuadamente urbana, concentrando-se em grandes cidades. E significativo portanto, que duas grandes metrópoles, São Paulo e Rio de Janeiro, reúnam a grande maioria de organização de movimento negro.

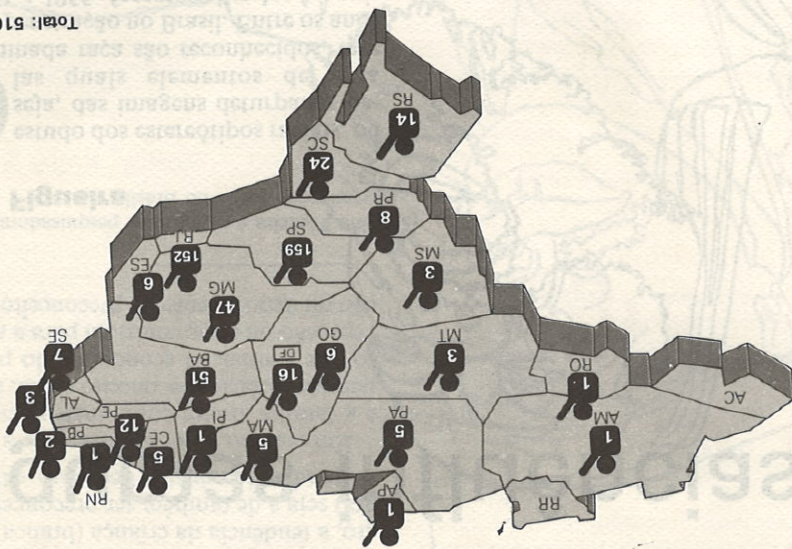
A atuação das entidades/grupos ocorre majoritariamente a nível local nos bairros de uma mesma cidade ou um município. A nível regional envolve centros urbanos, periferia ou um conjunto de cidades próximas. Há também organizações que se pretendem nacionais. Entre elas incluem-se, necessariamente, o Movimento Negro Unificado (MNU) e o Grupo União e Consciência Negra, organizados, desde sua fundação, em núcleos espalhados em diversos estados. Ainda dentre os grupos que declaram ter uma atuação em âmbito nacional, alguns conjugam uma atuação também internacional.

O âmbito de atuações

O universo obtido no *Catálogo das Entidades de Movimento Negro* tem como marca uma grande mobilidade. Esse dado aponta para a necessidade de constante atualização e, ao mesmo tempo, para algumas características básicas das entidades no que diz respeito ao âmbito de atuação, às atividades e às vinculações.

gro mais estruturado ou atuante. O inverso também pode ser verdadeiro: pode ser lamento.

Distribuição das entidades/grupos nos estados brasileiros, segundo o *Catálogo das Entidades do Movimento Negro*.



Total: 516

Estereótipos raciais: algumas influências

Vera Figueira

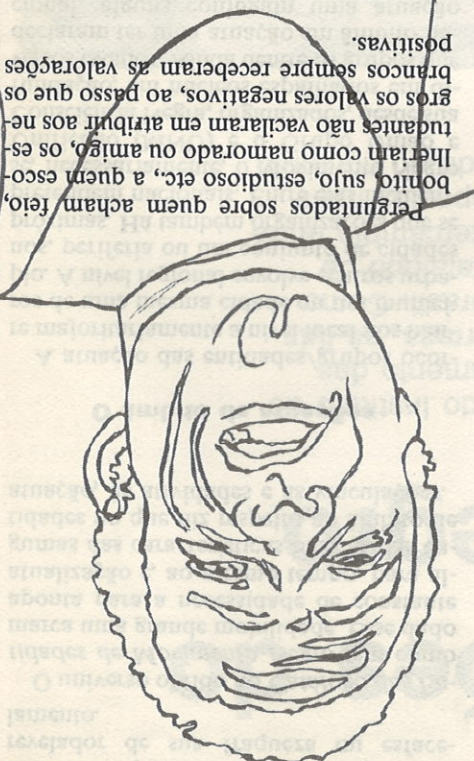
O estudo dos estereótipos raciais, ou seja, das imagens deturpadas pelas quais elementos de uma determinada raça são reconhecidos, teve pouca penetração no Brasil. Entre os anos de 1951 e 1955, foram realizadas pesquisas nas cidades do Rio de Janeiro e Curitiba, que objetivavam conhecer melhor a questão dos estereótipos raciais. Todas elas revelaram um quadro bastante chocante, no que se refere às maneiras pelas quais os negros (pretos e pardos) eram vistos por estudantes secundaristas, a maior parte brancos.

Na cidade de Curitiba encaravam os negros como sendo malandros (37%), desorditos (41%), cachaceiros (43%), falsos (35,5%), ignorantes (51%), sujos (50%), feios (50%). Em São Paulo, os estereótipos mais apontados foram os de sujeitos sem previdência financeira (77%), imorais (91%), feios (87%), supersticiosos (80%), (76%), inconstantes no trabalho (62%). No Rio de Janeiro, os estereótipos mais indicados, embora sem dados quantitativos, foram os de burros, brigões, humildes, trabalhadores e incansáveis.

Da década de 50 até o momento atual, a situação não se modificou. Ao contrário, em alguns casos, as opiniões negativas sobre os negros se aprofundaram. Em levantamento feito durante o ano de 1987, junto a estudantes de 1º grau da rede pública na cidade do Rio de Janeiro, todos filhos de trabalhadores de baixa renda, pôde-se constatar nitidamente a presença do preconceito racial. É o que se constata no quadro seguinte:

Características Negros Brancos

	%	%
Amigo	20,2	79,8
Namorado	4,8	95,2
Estudioso	30,4	69,6
Burro	88,8	11,2
Bonito	6,3	93,7
Feio	92,6	7,4
Porco	92,6	7,4
Rico	7,9	92,1
Inteligente	18,7	81,3



Perguntados sobre quem acham feio, bonito, sujo, estudioso etc., a quem escoteariam como namorado ou amigo, os estudantes não vacilaram em atribuir aos negros os valores negativos, ao passo que os brancos sempre receberam as valorações positivas.

É fácil, então, verificar que da abolição da escravatura até os anos 50, pouca coisa se modificou no que diz respeito à aceitação do negro pela sociedade. E, mais grave ainda, de lá para cá, essa situação até se agravou.

Uma série de razões concorrem para a explicação da permanência e do agravamento do preconceito racial. Vamos estudar apenas três, que são particularmente importantes: o industrialismo, a escola e a família.

O Brasil só entrou realmente numa etapa de capitalismo industrial por volta de 1930 e essa etapa se consolidou em meados da década de 50. Nessa época é que os negros começaram a ser incorporados ao trabalho industrial. Antes disso, ou pelo menos ao proletariado rural, ou quando estavam nos centros urbanos, achavam-se nas fileiras dos desempregados, subempregados e marginalizados sociais.

A posição muito baixa na hierarquia social decorreu da falta de políticas governamentais durante todo o período que vai da abolição até o surto de industrialização e permanece em nossos dias. Não foi colocada em prática nenhuma política des-
seja garantir-lhe educação escolar, em-
tínada a prestar assistência ao ex-escravo,
prigo ou moradia. Nada foi feito pelo ho-
mem negro no sentido de auxiliá-lo a se
adaptar a sua nova condição de homem
livre.

Em recentes pesquisas feitas sobre o material didático utilizado em escolas verificou-se que, por exemplo, os livros adotados são extremamente preconceituosos. Neles não aparece, nas ilustrações, a figura do negro, e quando aparece, é sempre representado em posições subalternas, tais como a de empregado doméstico, ser-vente etc. Os textos também reproduzem a mesma orientação ou, até mesmo, desconhecem a existência do negro. Assim, o negro é citado no passado, como se não existissem negros no Brasil de hoje. É representado como o escravo, a preta velha,

Sabemos que a família e a escola são agentes de socialização primária, ou seja, são instituições que atuam de modo constante, sistemático e cotidiano na formação de opiniões da criança. Mais afastados do convívio com outros grupos sociais, as crianças e adolescentes são decisivamente influenciados pelos ensinamentos recebidos da família e da escola, que acabam por perpetuar a veiculação da ideologia dominante.

Mas, que fatores explicam a sua permanência cem anos depois de abolida a escravidão? É aí que entra o papel da família e da escola.

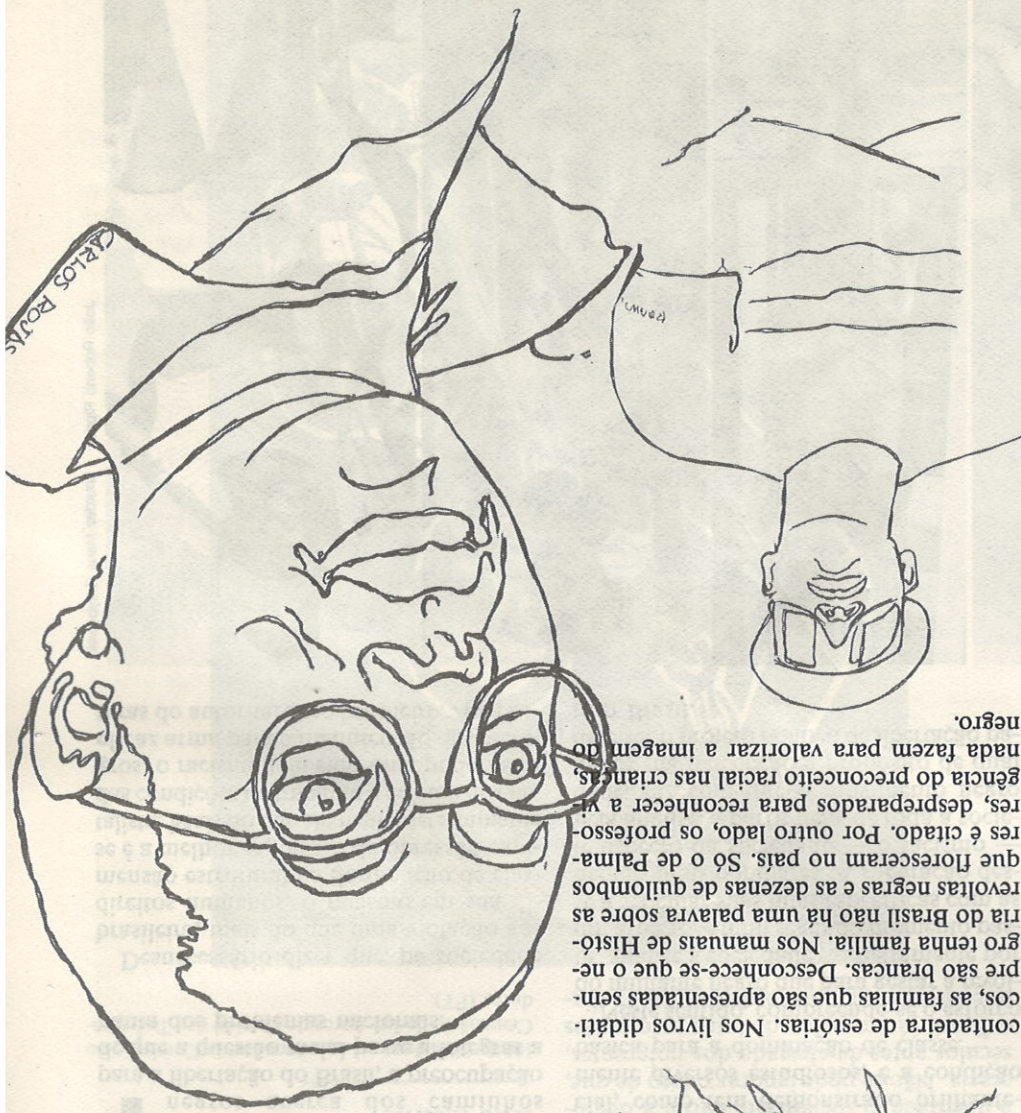
Escola e família: fatores de racismo?

Sendo assim, pode-se afirmar que a crítica do capitalismo industrial enfrentada pelo Brasil é um dos fatores que explica o agravamento das tensões raciais, tal qual verificamos no quadro.

O capitalismo industrial é sempre competitivo e individualista. Portanto, se há aumento das oportunidades de trabalho diminuem as tensões sociais, das quais o preconceito é parte. Ao contrário, se o mercado de trabalho se contrai, faz-se necessário reavivar mecanismos que tornem a competição desigual entre os próprios trabalhadores brancos e negros. Assim, o preconceito racial reaparece ou se revigora como forma de justificar e garantir a melhor colocação do branco, como forma de assegurar ao branco sua posição no mercado de trabalho.

De qualquer modo, pela própria necessidade do capitalismo industrial que se expandiu ao proletariado urbano, incorporados os negros foram gradativamente para a indústria, que a expansão do parque industrial não se deu e não se dá sem problemas. Cabe, então, perguntar o que acontece numa situação de crise econômica, tal qual a que se enfrenta no Brasil desde os anos 70 e que perdura até hoje.

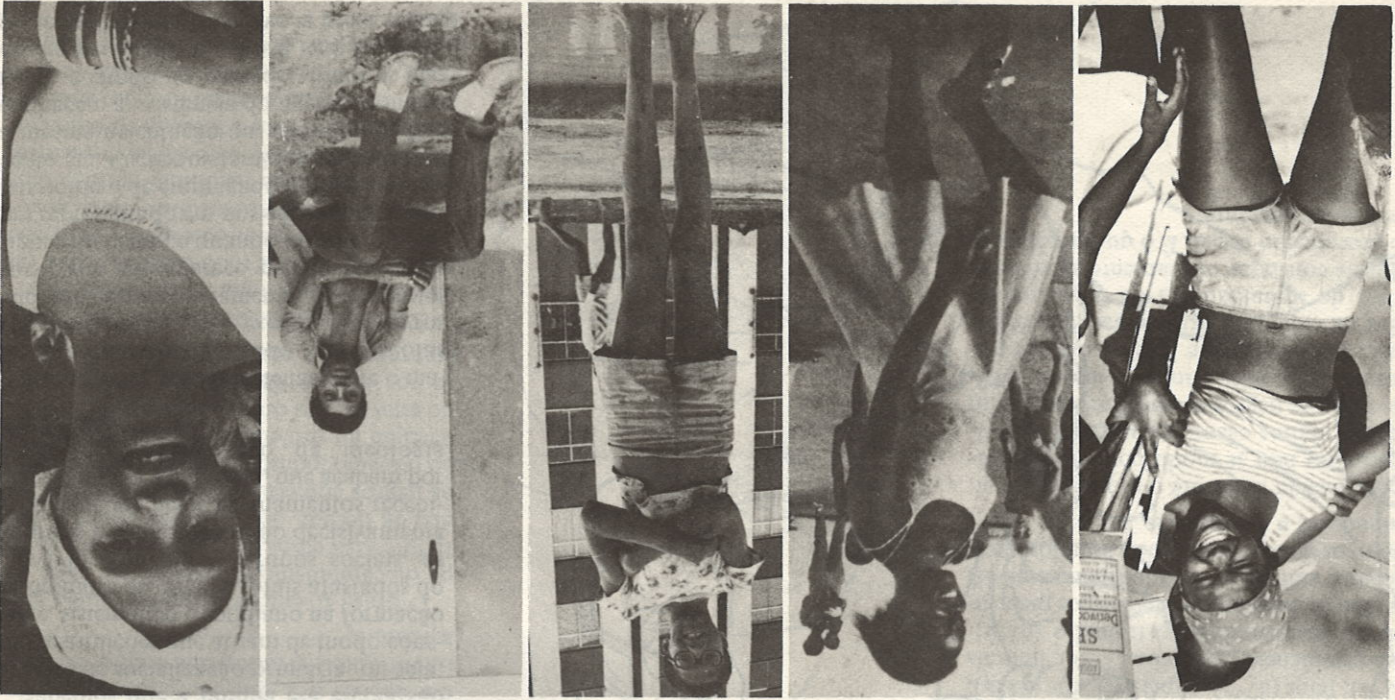
Nos livros didáticos de histórias, contadas de estórias. Nos livros didáticos, as famílias que são apresentadas sempre são brancas. Desconhece-se que o negro tenha família. Nos manuais de História do Brasil não há uma palavra sobre as revoltas negras e as dezenas de quilombos que floresceram no país. Só o de Palmares é citado. Por outro lado, os professores, despreparados para reconhecer a existência do preconceito racial nas crianças, nada fazem para valorizar a imagem do negro.



Vera Figueira é socióloga e pesquisadora da discriminação racial no Brasil.

É fácil concluir que, numa situação como essa, em que o material didático e o professorado não contribuem para modificar a imagem negativa atribuída ao negro, a tendência da criança (branca ou negra) seja a de também ser preconceituosa. O quadro demonstra bem essa situação. Em resumo, pode-se dizer que a escola e a família atuam como instrumentos de permanência do preconceito racial, ao passo que a situação econômica do país, de expansão ou crise, contribui para a atenuação ou agravamento do preconceito racial.





João Roberto Ripper Lourdes Maria Grzybowski

Democracia: a contribuição do movimento negro

Hélio Silva Junior

Tem sido crescente nos debates tra-
vados por militantes e intelectuais
negros acerca dos caminhos
para a libertação do Brasil, a preocupação
de que a questão racial passe a integrar a
pauta dos problemas nacionais.

Desnecessário dizer que, na sociedade
brasileira, mais do que uma violação aos
direitos humanos, o racismo em sua di-
mensão estrutural na dominação de clas-
se é a melhor expressão da opressão capi-
talista. Mais do que elemento determinante
das condições de trabalho e de vida dos ne-
gros, o racismo tem sido uma poderosa e
eficaz arma para a manutenção das estru-
turas do autoritarismo brasileiro. Até por-

que em uma sociedade plúrracial como a
nossa, a preservação da discriminação ra-
cial, como têm demonstrado brilhante-
mente diversos estudiosos, é a condição
básica para a dominação de classe.

Neste sentido, compreende-se o esforço
do militante negro que para gerar a revol-
ta, analise a sociedade primeiramente por
um aspecto, e num segundo momento pas-
se a articular suas lutas específicas com as
demais lutas populares. A superação des-
te aspecto da sociedade — o racismo —
deve ser o projeto político de libertação pa-
ra o Brasil.

Os mitos

Assim, o sentido de liberdade do negro
passa por reivindicações revolucionárias
decorrentes da análise precisa de uma si-
tuação de opressão, na exata medida em
que passa pela reivindicação de sua parti-
cularidade étnica e cultural, afirmando-a,
valorizando-a e identificando-se a partir
dela. É obviamente que um projeto de li-
bertação que não reflita esta realidade, pa-
ra nós negros, terá a credibilidade de um
solfisma, para dizer o mínimo.

Podem-se afirmar que os setores con-
seqüentes do movimento negro comba-



Hélio Silva Junior é coordenador da Comissão do Centenário da Lei Áurea do Partido dos Trabalhadores (PT).

tem fundamentalmente dois grandes mitos. O primeiro, como todos sabemos, mas nem sempre admitimos, projeta a imagem do Brasil como um enorme paraíso racial, onde negros e brancos coexistem na mais perfeita harmonia, desfrutando de iguais condições de tratamento, de trabalho e de vida. O segundo mito, derivado do primeiro, é o de que a socialização dos meios de produção é a santa panacéia que automa-ticamente dará cabo de todos os rangos discriminatórios secularmente inculcados na população.

Não fosse trágico, seria cômico constatar que embora o primeiro seja de interesse das classes dominantes, e o segundo seja creditado àqueles que combatem a dominação, ambos convergem para um mesmo ponto: o etnocentrismo.

Entre os valores do primeiro, destaca-se a farsa da supremacia racial branca e sua ideologia do branqueamento, que esmagam a identidade negra, desmobilizam os negros e evitam áreas potenciais de conflito social.

Quanto aos valores do segundo mito, importa assinalar que concebe a classe trabalhadora como uma massa homogênea composta de homens brancos, e que, portanto, em sua totalidade, recebe um tratamento uniformizado por parte do capital.

Vale registrar que, neste particular, o movimento negro vem contribuindo para que o movimento sindical rompa seu silêncio histórico e passe a discutir a questão racial que atinge pelo menos 40,2% da força de trabalho do país, na perspectiva de unir os trabalhadores e dar maior legitimidade à idéia de solidariedade de classe, tendo em vista que quem divide os trabalhadores é o racismo.

Ao mesmo tempo em que trabalha para destruir o mito da democracia racial, o movimento negro tem atuado no sentido de que, para além de discursos bem intencionados, os partidos políticos de esquerda passem a ter uma prática política que considere a eliminação do racismo como parte da luta política pela democracia e pelo socialismo. Até porque, entendemos que a eliminação do mito da democracia racial passa pela eliminação dos produtos de sua influência. Este esforço deve-se ao fato de que não há possibilidade de se eliminar o racismo nos marcos da ordem social vigente. Isto é, enquanto houver exploração, haverá segregação e discriminação racial.

Herança de luta

Uma consideração a ser necessariamente contemplada neste diálogo é a secular luta dos negros pela materialização de valores fundamentais, tais como a igualdade, a liberdade, o socialismo, enfim a democracia. Não se pode ignorar o fato de que, séculos antes da chegada dos imigrantes, o Brasil já era palco de lutas incessantes que visavam garantir a realização da dig-

Finalizando, poderíamos ter respondido à questão que nos foi colocada, delimitando diversas contribuições que o movimento negro, ao desnuar o caráter reacionário do racismo em seus inúmeros tipos de manifestações, oferece à construção da democracia no Brasil.

No entanto, optamos por levantar e problematizar alguns aspectos relativos ao sentido de liberdade na ótica negra, pois entendemos que a maior contribuição do movimento negro ao triunfo das lutas dos trabalhadores é fazer com que haja um projeto político de libertação preso à realidade nacional. Sem o que, a ação política, ainda que não deixe de ser um ato de liberdade, jamais materializará a liberdade de no sentido mais profundo que esta palavra encerra.

Ao fazer esta leitura da relação entre luta de classe e luta anti-racismo, ilustrada inclusive pela experiência de alguns países socialistas, o movimento negro concebe o

Racismo x Libertação

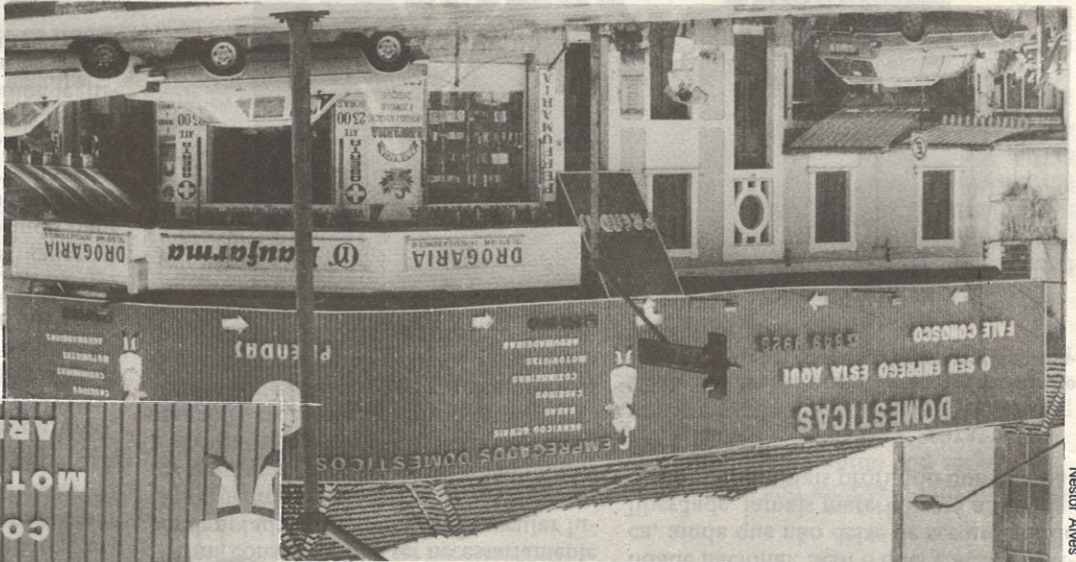
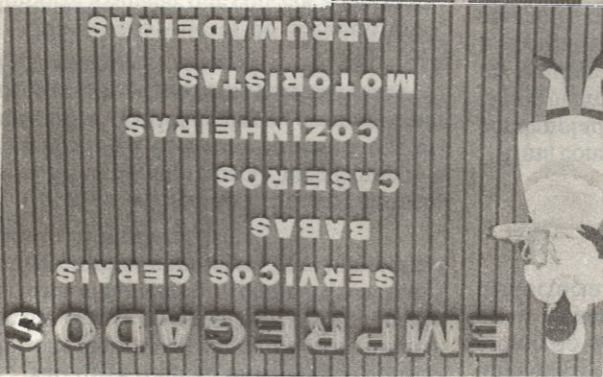
Um processo político de libertação combinado ambas as lutas, evitando excluir uma de outra ou reduzir uma a outra. É ainda com base neste entendimento, que projetamos a idéia de democracia, e, antes, a idéia do processo de construção da democracia que refilita alternativas que assegurem, de fato, os direitos de todas as pessoas.

Assim, presume-se que sua construção não pode limitar-se — em se tratando do objeto deste artigo — ao sentido e à dimensão de igualdade e de liberdade de uma única etnia. Esta, nos parece, deve ser a base do diálogo entre o movimento negro e os demais setores que constroem a democracia.

MERCADO DE TRABALHO

Esforço maior,

salário menor



Nestor Alves

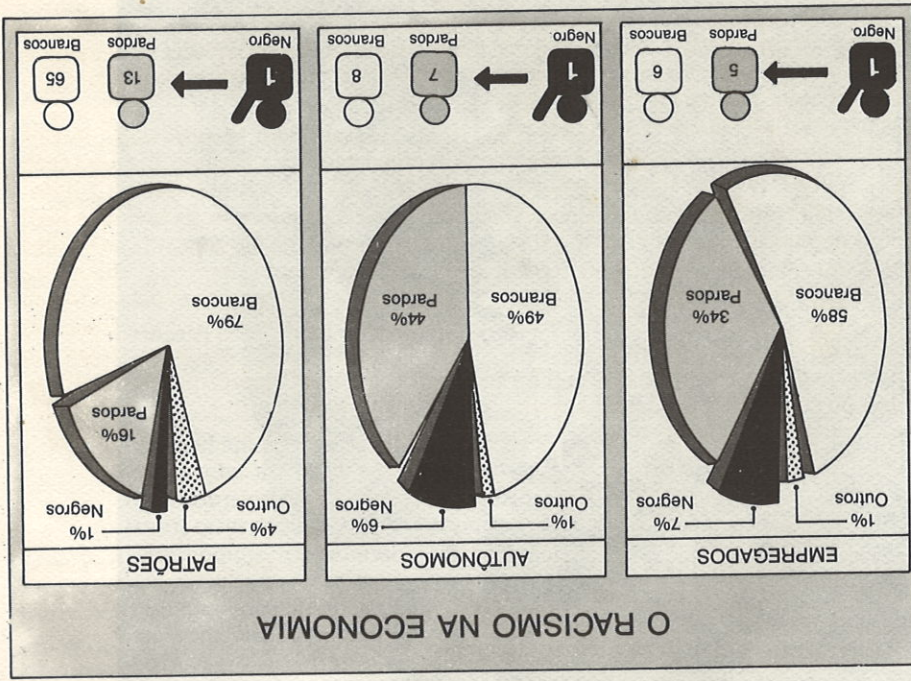
Marcia Cruz Piva

A no novo, vida nova? O ditado é popular e, finalizado 1987, ano economicamente crítico para os brasileiros, as esperanças se renovam. Mas, será que para os negros, que formam 47% da população brasileira, a situação vai melhorar em 1988? Será que para a população negra, que durante longos anos trabalhou sem cessar, nos canaviais, na mineração e na casa-grande, ora sob o sol ardente, ora sob o ardente chicote, o ano novo trará perspectivas melhores?

pela princesa Isabel, beneficiou muito mais aos senhores de escravos do que aos próprios negros. Para milhares de escravos, a abolição significou marginalização e discriminação. Desde que a estrutura econômica-social no Brasil, durante a segunda metade do século 19, modificou-se devido à expansão da produção mercantil, as atividades econômicas agrícolas permaneceram. O cativeiro Ianni lembra: "A par-tir desse momento, a coexistência entre a mercadoria e o escravo se torna cada vez mais difícil. Tornam-se incompatíveis". (Ragas e classes sociais no Brasil, São Paulo, Brasiliense, 1987, p. 16). E nesse con-texto, onde as contradições econômicas e

socials começam a se acirrar, que enten-demos a abolição da escravidão.

A abolição legou aos negros, analfabe-tos e profissionalmente desqualificados, as piores posições no mercado de trabalho. "A abolição (1888) e a imigração (1891 — a grande naturalização) resultaram da ins-talação e, ao mesmo tempo, do remanejamento do mercado de trabalho. Por isso, quando a procura de ocupações foi maior que a oferta, ou quando esta foi seletiva, os negros e mulatos ficaram em último lu-gar," são eles que contribuíram, em maior parte, para a formação de um contingente de reserva que vegetará no Rio de Ja-



Marcia Cruz Piva é jornalista e escritora.

Quanto às perspectivas, Eduardo Joa-
quim também demonstra pouco entusias-
mo. Contudo, acreditando que as transfor-
mações sociais no país só ocorrerão quan-
do toda a sociedade se unir, ele completa:
"É preciso combater de forma efetiva a
discriminação que existe no Brasil e cons-
cientizar a comunidade brasileira em ge-
ral, que nestes cem anos quase nada
mudou";

As opiniões são distintas mas as con-
dições convergem para o mesmo ponto.
O presidente do Conselho de Participação
e Desenvolvimento da Comunidade Negra
de São Paulo, Eduardo Joaquim de Oli-
veira, entende "que é preciso analisar a si-
tuação atual do negro a partir dos mais va-
riados aspectos". Afirmando que o fato de
comemorarmos os cem anos de abolição
da escravidura no Brasil não significa que
os problemas enfrentados pelo negro bra-
sileiro tenham mudado, Eduardo Joaquim
lembra que as posições de subserviência no
mercado de trabalho demonstram que as
dificuldades de ascensão econômica são
maiores para o negro. Nesse sentido, afir-
ma: "O negro foi libertado das correntes
que o atavam à escravidura mas, depois de
cem anos, encontra-se preso, limitado pe-
las condições que lhe são impostas por um
sistema econômico falho".

Um ano de festas", conclui ele.
to que para o restante da sociedade será
gras, este ano significa reflexão, enquan-
podera ser analisado em 89. "Para nós, ne-
o resultado das comemorações de 1988 só

Para alguns representantes do Movimen-
to Negro brasileiro, as expectativas para o
ano comemorativo do Centenário da Abo-
lição não são boas. Segundo Antonio Lei-
te, membro do diretório regional do PDT
(SP) e coordenador estadual do Movimen-
to Negro no partido, 1988 terá um caráter
folclórico. "Neste ano, todo mundo vai as-
sumir a luta do negro", prevê.

Afirmando que a situação de discrimi-
nação enfrentada pelo negro no mercado
de trabalho só vai mudar quando muda-
rem o currículo e os conceitos educacio-
nais transmitidos na infância para milha-
res de crianças, Antonio Leite acredita que

1988: Há esperanças?

A existência da lei nº 7.437, de 20 de de-
zembro de 1985, que condena o tratamento
discriminatório no mercado de trabalho
por motivo de raça ou cor, não tem con-
tribuído para modificar, efetivamente, a si-
tuação do grande contingente negro que,
diariamente, enfrenta filas diante das fá-
bricas e empresas a procura de um
emprego.

Depois de realizar várias pesquisas junto
aos profissionais da área de Recursos Hu-
manos, o Grupo de Orientação e Interfe-
rência em Situações de Discriminação Ra-
cial no Mercado de Trabalho (GOISDRT),
ligado à Secretaria de Relações de Traba-
lho de São Paulo, concluiu que a discrimi-
nação passa subliminarmente na ques-
tão do trabalho. Segundo os técnicos do
grupo, critérios de seleção, como "boa
aparência", exigidos pela maioria das em-
presas dificultam a inserção do negro no
mercado de trabalho.

Em determinadas ocasiões, a situação
do negro no mercado de trabalho é tão evi-
dente que dispensa comentários. A agên-
cia de empregos Frenda, na avenida Do-
mingos de Moraes com a rua Borges La-
goa, na Vila Mariana, São Paulo, firma es-
pecializada na colocação de empregadas
domésticas, babás, lavadeiras, cozinheiras
e arrumadeiras, usa, como ilustração, a fi-
gura de uma mulher negra, uniformizada
e com uma bandeja de café na mão. A pri-
meira vista, muitos poderão perguntar
qual a relação entre uma coisa e outra. Po-
rém, a medida que nos depararmos, daria-
mos que a população negra, apesar dos
cem anos da abolição, mantém a *dole po-
sition* entre os que ganham pouco, têm
oportunidades menores de instrução e as-
censão social.

Da escravidão à subserviência

Em determinadas ocasiões, a situação
do negro no mercado de trabalho é tão evi-
dente que dispensa comentários. A agên-
cia de empregos Frenda, na avenida Do-
mingos de Moraes com a rua Borges La-
goa, na Vila Mariana, São Paulo, firma es-
pecializada na colocação de empregadas
domésticas, babás, lavadeiras, cozinheiras
e arrumadeiras, usa, como ilustração, a fi-
gura de uma mulher negra, uniformizada
e com uma bandeja de café na mão. A pri-
meira vista, muitos poderão perguntar
qual a relação entre uma coisa e outra. Po-
rém, a medida que nos depararmos, daria-
mos que a população negra, apesar dos
cem anos da abolição, mantém a *dole po-
sition* entre os que ganham pouco, têm
oportunidades menores de instrução e as-
censão social.

lume 1, 1985, p. 56).
pardos e 79 brancos (*Retrato do Brasil*, vo-

Discriminação à brasileira

Como na agência de empregos, muitos
ditados populares distorcem a realidade vi-
vida pelo negro no que se refere ao traba-
lho. A expressão "segunda-feira é dia de
branco" mostra que muitos ainda pensam
que o negro não trabalha, preferindo so-
mente o samba e a cerveja.

Gilberto Gil, na música *A mão da lim-
peza*, faz um retrato muito claro da con-
dição do negro no mercado de trabalho.
Diz a letra que "mesmo depois de abolida
a escravidão, negra é a mão de quem faz
a limpeza, lavando a roupa encardida, es-
fregando o chão. Negra é a mão da pure-
za, negra é a vida consumida ao pé do fo-
cão. Negra é a mão nos preparando a me-
sa, limpando as manchas do mundo com
água e sabão. Negra é a mão da imacula-
da nobreza";

CRIANÇA NEGRA

Um retrato sem retoques

Togo Yoruba



João Roberto Ripper

Com a independência do Brasil em 1822, a classe dominante lusobrasileira contemplou a mulher e a criança negra, na Constituição de 1823, com um projeto de José Bonifácio que dizia: "A escrava, durante a prenhez e passando o terceiro mês, só será ocupada em casa; depois do parto terá um mês de convalescência e, passando este, durante um ano não trabalhará longe da cria (filho)". Ao consolidar-se em 28 de setembro de 1871 a Lei do Ventre Livre, a criança negra que era pajem, escrava e "válvula de escape" para a criança branca adquiriu o *status* oficial do abandonado pois a aristocracia rural e escravocrata não tendo os mesmos interesses dos abolicionistas, não tendo como assumir as chamadas "crias" como propriedade negra, deixando-as como criaturas perambulantes, à risca de sua própria sorte ou melhor, de sua espoliação.

A Abolição e a República trouxeram novas implicações sócio-econômicas, fortalecendo a ideologia assistencialista para com a criança negra.

O "amparo" às crianças afro-brasileiras restringia-se aos seus prestímos como mão-de-obra barata, tanto aos liberais quanto aos conservadores. A partir de 1920, o Estado surge como responsável destas crianças. Há uma forte campanha nos anos de 1922/23 contra o comércio de amas-de-leite, uma alternativa de vida para as mulheres negras, por ser considerado como "principal agente" da mortalidade infantil branca. Este movimento vem reforçar, na verdade, a criação de jardins empresários da época, em detrimento de um planejamento para com a população negra, evidenciando mais ainda que a ideologia racista não mudara com o liberalismo abolicionista.



João Roberto Ripper

Togo Yoruba é integrante da Assesat (Associação dos Ex-Alunos da Funabem).

Enfim, somente através do conjunto formal e informal da pressão política a democratização no Brasil será efetiva. Para dar oportunidade à maioria da população na busca de formas mais socializadas que contemplem a criança não somente em leis e decretos, é fundamental que a informação e o controle da produção sejam uma realidade consistente na consciência de cada cidadão. Mas, para atender as reivindicações históricas dos empobrecidos, simbolizadas na criança negra, será necessário transformar este país. É a transformação que não se obtém apenas pela representação política; ela é conquistada pela efetiva participação de todos.



João Roberto Ripper

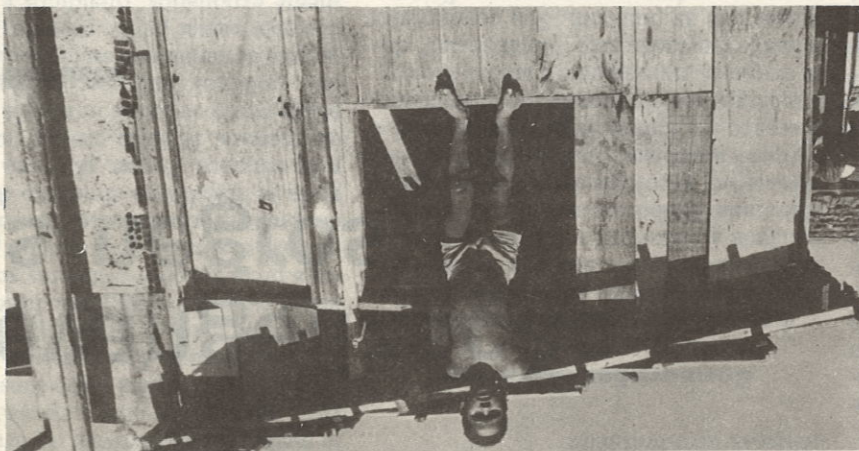
Como há 116 anos atrás, as crianças negras poderão ser vistas ainda como nos retratos de Rugendas e Debret, com uma diferença do tecnicismo que serve de pano de fundo dessa realidade. Há necessidade dos movimentos negros, das federações de favelas e associações de moradores rediscutirem o *apartheid*, caracterizado nas favelas ou não. É prioridade do movimento negro brasileiro implementar projetos que atendam a base social da população, auto-questionando o culturalismo estimulador pelo governo.

A Fundação Nacional do Bem Estar do Menor (Funabem), órgão responsável pelo atendimento à criança e adolescente espoliado (negros e mestiços majoritariamente), inventou a tese dos "menores em situação de risco" para a realidade de quase um terço da população brasileira que sobrevive com até dois salários mínimos, concentrada nos centros urbanos e subestimada enquanto classe e raça. Os riscos, na verdade, deveriam ser creditados à burguesia que concentra a renda nacional e não à juventude, cujo atendimento já se tornou um caso de segurança nacional.

João Roberto Ripper



Criança negra: em lugar de leis e decretos, a transformação do país.



João Roberto Ripper

A Constituição de 1934 (artigo 138) determinava a adoção de "medidas legislativas e administrativas tendentes para restringir a mortalidade infantil". Enquanto isso ocorria, a historicidade da criança negra era direcionada, internacionalmente, para o exercício industrial de reserva.

Com as guerras mundiais, o Estado, já caracterizado como o grande tutor da criança negra, favoreceria a partir dos anos 40/50 a absorção da juventude espoliada, através do Departamento Nacional da Criança (DNCR), órgão vinculado ao Ministério da Educação e Saúde Pública, do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai) e do Comércio (Senac). Eram medidas paliativas que atendiam ao mínimo necessário para justificar à opinião pública uma preocupação com aqueles jovens.

A preocupação do Estado com relação à população infanto-juvenil explorada, marcadamente negra, ficou mais evidente quando nos anos 60, sob o golpe militar, o Ministério da Justiça e em seguida o da Previdência, e não o da Educação, passaram a gerir a política para a criança marginalizada sob a ótica do híbrido capitalismo brasileiro. O exodo e a luta por creches passaram a ser os sintomas da desproteção vivida por mulheres e jovens, já não só de negros (maioria), mas de mestiços e brancos, estes aliçados dos benefícios de regime escravocrata há cem anos atrás. Segundo o DNCR, em 1965, a educação pré-escolar cobria apenas 1,6% das crianças que deveria atingir. Em 1980, eram apenas 6% das crianças entre 0 e 6 anos, ou seja, menos de 1,4 milhões, em um total de 22 milhões de crianças. Desse total, cerca de 30% das crianças na pré-escola pertenciam a famílias com renda de até dois salários mínimos.

A evangelização dos negros

Mauro Baptista

Negro

Neste ano comemora-se o Centenário da Abolição da escravidão no Brasil. A Igreja Católica lança, na quaresma, sua Campanha da Fraternidade enfocando a questão da população negra. O lema da campanha adota a frase bíblica de Ex 3,7: "Ouvi o clamor deste povo";

O tema desta campanha vai remexer profundamente na história da Igreja Católica no Brasil, despertando diversas reações. Seu conteúdo, indubitavelmente, se distingue bastante dos temas das campanhas anteriores, pois vai incidir fortemente na questão da teologia e da pastoral católicas em relação à população negra, à sua cultura e religiosidade. O problema que a campanha levanta há de se constituir num desafio, se for encarado com a devida seriedade pela comunidade católica, sobretudo pelos seus dirigentes e responsáveis. Por razões históricas, é um tema complexo e polêmico. Já no célebre Documento de Puebla (8,40), a Igreja Católica reconhece, hoje, que nem sempre tratou a situação de vida pelos negros com a "devida atenção evangelizadora e libertadora".

Além do centenário da "abolição", aproxima-se para a Igreja Católica do centenário americano, o 5º Centenário da Evangelização na América (1492/1992). De modo ainda mais abrangente, a ação missionária, evangelizadora e pastoral desta Igreja estará no centro dos debates que, naturalmente, vão acontecer. Já há setores se movimentando, grupos se reunindo e examinando as relações entre Igreja Católica e comunidade afro-brasileira. Verifica-se nesta trajetória, a dificuldade sentida pela Igreja em penetrar no mundo cultural-religioso da população negra. E, então, surgem os "por quês" desta dificuldade, que se estende por mais de quatro séculos. Minha intenção é propor algumas considerações relacionadas com essa dificuldade de profunda, secular e desafiadora da teo-

logia e ação pastoral da Igreja Católica no Brasil.
Evangelização e mundo afro-brasileiro

De 1530 até 1850, o tráfico negroitarrançou da África e transplanteu violentamente para o Brasil milhões de africanos. Em duras condições vieram os negros de variadas etnias e se espalharam pelas mais diversas regiões brasileiras. Hoje, aproximadamente, 43% do conjunto populacional brasileiro são constituídos por negros ou têm ascendência negra. Estimativas mais recentes avaliam que não menos de 60 milhões fazem parte deste grupo.

A escravidão negra foi sempre peça básica e fundamental do projeto colonial que se projetou, que se sobrepõe a todos os demais, tinha como objetivo a exploração econômica da nova terra. Oliveira Vianna comenta: "O objetivo de Portugal não é tanto colonializar a terra, mas explorar as suas riquezas. A terra era concedida àquelas que possuíam meios para realizar a exploração dela e fundar engenhos: sistemas das sesmarias. Portugal favorece os latifundiários" (*Evolução do povo brasileiro*, p. 72). A escravidão do índio e, posteriormente, a do negro, há de se constituir em "alma" de todo o projeto colonial, que se estendeu mesmo após a independência, em 1822.

A evangelização estava embutida dentro deste projeto colonial. A partir dela vai se formando a cristandade colonial, o catolicismo tradicional brasileiro, instrumentos de dominação e exploração. Mescrava-se com os interesses econômicos e políticos dos detentores do poder. A escravidão negra é o elemento básico deste projeto colonial. O escravo se inseria na cristandade, praticamente, da mesma forma como era inserido no sistema de produção escravocrata.



João Roberto Ripper

A partir de meados do século passado, o catolicismo brasileiro vai entrar numa nova fase, pondo em crise a cristandade instalada ao projeto colonial. É o início do processo de "romanização" da Igreja Católica no Brasil. As congregações religiosas masculinas e femininas que chegam ao Brasil trazem bem montado um novo projeto religioso, fortemente incorporado ao sistema hierárquico romano. E dentro deste projeto eclesial e eclesial dentro deste mundo afro-brasileiro não encontramos espaço neste projeto: vai ficar totalmente marginalizado. A "questão negra" não é nem sequer colocada, sua realidade global é desconsiderada, sendo mesmo combatida. Não há nenhum intercâmbio, muito menos diálogo com esse amplo

O terceiro projeto — Medellín-Puebla — diferente dos dois anteriores, apresenta a melhor perspectiva. A partir do "lugar" do empobrecido, a Igreja começa a ter outra cosmologia, outra construção social da realidade. Ele apresenta uma nova chance de diálogo, de interpenetração de visões culturais e religiosas. Já se disse que suas preocupações primeiras se situaram nas dimensões do econômico e do político, predominantemente. Pouco ou quase nada se investiu na dimensão do cultural e do religioso. Porém, já é uma promessa alvissareira. Já é um projeto que vai tentando transcender os interesses econômicos, políticos, culturais e religiosos dos grupos dominantes e exclusivamente brasileiros para passar para o pólo dos historicamente expoliados, o pólo dos humildes e humildes, porque são *diferentes* na cor, na cultura, na religião. No bojo deste projeto está presente o desejo de fazer a passagem da "matriz cultural-histórica" da transmissão do evangelho para outra matriz. Há aí um apelo a uma conversa em profundidade, muito difícil de se fazer, devido a tantos condicionamentos históricos e sócio-culturais.

O desafio da inculturação

De algum tempo para cá se ouve falar de inculturação do evangelho. A inculturação é a encarnação da vida e da mensagem cristã numa área cultural concreta, de sorte que esta experiência se converta em princípio inspirador, normativo e unificador, que transforme e recree esta cultura, dando assim origem a uma nova criação moral e a própria Bíblia foi lida, inúmeras vezes, e interpretada para justificar as práticas vigentes.

A cosmologia do projeto de "romanização" é marcada por uma leitura teológica e uma prática pastoral quase exclusivamente a partir do "lugar" da hierarquia romanizada e do branco-europeu. A "questão negra" nem é colocada e o objetivo de seu projeto é implantar a civilização europeia e ocidental, simplesmente identificando-a como civilização *cristã*. É um projeto global, marcando desde a teologia e a liturgia até a pastoral, a ação e a organização da Igreja. Projeto centralizador, que exclui tudo o que seja de outra esfera étnica e cultural.

Evidentemente, a Igreja Católica, enquanto sustenta esses dois tipos de projeto não terá chance alguma de penetrar o mundo cultural e religioso afro-brasileiro. A construção social da realidade do resultado, suas práticas e idéias, estão separadas da realidade, das práticas e das idéias da comunidade negra, que, no máximo, só poderá caminhar a seu lado, paralelamente.

Mauro Baptista é padre católico e professor de História Comparada das Religiões no Instituto de Teologia de São Paulo.

economio-politica com pouca ou quase nenhuma incidência na realidade cultural-religiosa afro-brasileira.

Cosmologias diferentes

A pastoral da Igreja se faz dentro de circunstâncias concretas da vida social. Também a teologia produzida está estreitamente ligada ao contexto social no qual ela é elaborada. Embora o assunto da teologia seja eterno, a teologia em si é como aquelas que a articulam, limitada pela história, o espaço e o tempo. A prática pastoral e teologia estão intimamente imbricadas, se inspiram mutuamente e ambas são fortemente marcadas pelo "lugar social" das queles que as praticam. Sua cosmologia expressa poderosamente os condicionamentos sociais e culturais de onde surgem suas assertões e práticas. Há uma realidade em seus métodos, em suas práticas e em seus pensamentos. Se uma determinada cosmologia pretende absolutizar-se, ela cai num totalitarismo que impede o diálogo, a interpretação de visões diferentes, negando o outro como outro (alteridade), eliminando-o e marginalizando-o. Retomando os projetos antes enumerados, poderíamos tecer as seguintes considerações: o projeto colonial, instrumentalizando a evangelização-cristandade, foi caracteristicamente totalitário. Essa característica da origem trouxe a marca desse totalitarismo, que se refletiu na sua respectiva cosmologia e prática pastoral. Dentro desta cosmologia, até mesmo a prática escravocrata encontrou em teólogos legitimadores morais e a própria Bíblia foi lida, inúmeras vezes, e interpretada para justificar as práticas vigentes.

setor populacional. Esse modo de proceder se estenderá, no Brasil, até a época do Concílio Vaticano 2º (1962).

Após o Vaticano 2º, a Igreja latino-americana inicia um movimento mais autônomo, em busca de sua identidade. Em 1968, o episcopado do continente elabora o Documento de Medellín, onde a Igreja Católica estabelece seu novo projeto, bastante diferente dos dois anteriores. É uma igreja que começa a fazer de modo consciente e institucional sua opção preferencial pelos empobrecidos. As classes sociais e as etnias oprimidas vão se tornando, aos poucos, protagonistas deste novo projeto. No Documento de Puebla, explicita-se mais fortemente esse novo modelo com seu



projeto pastoral. É uma abertura inédita em relação também à população negra. Porém, nesse projeto, a ênfase maior vai incidir sobre questões econômicas e políticas, indubitavelmente, importaníssimas. A problemática cultural e religiosa do negro não é suficientemente tematizada, de sorte que, neste ponto, permanece ainda uma séria dificuldade no relacionamento com o mundo afro-brasileiro.

Portanto, nessa trajetória, a Igreja se defronta com três dificuldades básicas e fundamentais em confronto com a população afro-brasileira:

- a) No projeto colonial: evangelização-cristandade instrumentalizada pelo sistema escravocrata.
- b) No projeto de "romanização": evangelização dentro do sistema cultural branco-europeu, fortemente exclusivista.
- c) No projeto Medellín-Puebla: evangelização que questiona a situação

Igreja, escravidão e racismo



Carlos Rojahn (Fotob.)

A escravidão romana foi a grande precursora da escravidão africana no Novo Mundo. Os seus escravos públicos e privados acotovelavam-se nas cidades e vilas. Com a queda da poderosa Roma houve o gradual desaparecimento da escravidão. Mas, a partir do século 13, a escravidão renasce na Europa devido às guerras entre cristãos e muçulmanos acontecidas na Península Ibérica. É interessante observar que tanto os seguidores de Mao-me como de Jesus Cristo restabeleceram o costume de escravizar os prisioneiros de guerra. Historicamente se sabe que o "infiel" escravizado pelos cristãos sofria as mesmas consequências | do que quando era aprisionado pelos muçulmanos. "De fato", afirma Rolando Azzí em *Mito e Ideologia* (Vozes, p. 78), "tal prática era uma instituição mantida pela tradição islâmica; assim sendo, os inimigos vencidos na guerra eram conduzidos como escravos.

Em contato com os árabes os cristãos passaram a adotar uma conduta análoga: transformar as pessoas capturadas nos combates em escravos." O negro escravo aparece nos anais da Grécia e Roma em 1390, quando os mercadores mouros chegaram à Nigéria e iniciaram um processo regular de trocas de produtos da Europa e Ásia pelo ouro, prata e escravos africanos. Os portugueses levaram negros escravos a Lisboa em 1441 e 1442 e durante esse mesmo século aumentaram a caça e venda de escravos africanos.

Praxis escravagista

Cresce, assim, a participação de cristãos na prática da escravidão, exigindo da Igreja Católica uma posição que legitimasse altamente rentável para os cristãos. Tal prática

A primeira era considerada como escravidão espontânea, ou seja, quando um indivíduo entregava a si mesma ou a seus filhos por estar numa situação de penúria absoluta, tornando-se a escravidão como a única opção possível, uma vez que os escravos eram sustentados pelos seus senhores. A força da argumentação estava no princípio de que a vida era um "dom de Deus" a ser preservada mesmo com renúncia à própria liberdade. "Essa reflexão ética à própria liberdade. "Essa reflexão ética à própria liberdade, deixava de lado — continua, Azzí — uma análise mais profunda das condições históricas de natureza sócio-econômica, geradoras dessas situações de

prática foi incentivada, dinamizada e difundida com o aval da Igreja. Segundo Azzí duas justificativas "teológicas" foram apresentadas inicialmente pelos moralistas católicos: a indigência absoluta e a guerra

Antonio Olimpio Sant'Ana — é um dos fortes escravidos em outras épocas — assim como a prática comum e até mesmo consentida em alguns casos. Discrimina-se naturalmente. Mas como a Igreja Católica, em num primeiro momento, e as Igrejas Protestantes, depois, têm se comportado diante do racismo e das "justificativas teológicas" que ao longo da história da humanidade legitimaram a escravidão de milhões de homens e mulheres?

A segunda forma de escravidão justificada pela Igreja era a resultante da guerra: admitia-se assim a escravidão de um inimigo como forma de poupar a sua vida. Ao invés de ser eliminado, o prisioneiro era conduzido como escravo conforme praxe introduzida na sociedade maometana.

A medida em que o espírito das cruzadas se desenvolveu sob o estímulo da própria Igreja, empenhada em conter o islamismo, essa segunda forma de escravidão passou a ter uma explicitação mais ampla. A escravidão era aceita desde que resultasse de uma guerra realizada por motivos "justos e santos". O modelo destas guerras "santas e justas" eram as chamadas cruzadas, verdadeiras expedições bélicas que tinham o apelo da Santa Sé. Toda a motivação que os "guerreiros santos" necessitavam era fornecida pela Igreja. "Deus o quer", era um dos motores que motivou e justificou a martirização de milhões de negros africanos.

Posteriormente, Espanha e Portugal assumiram a infamante responsabilidade de restaurar uma sociedade abominável em pleno século renascentista, quando o capitalismo dava seus primeiros passos e a burguesia irrompia com ímpeto revolucionário nas ciências, artes e política. O solo escolhido para o "resgate do escravismo" foi exatamente o continente americano, "descoberto" por Cristóvão Colombo no final do século 15.

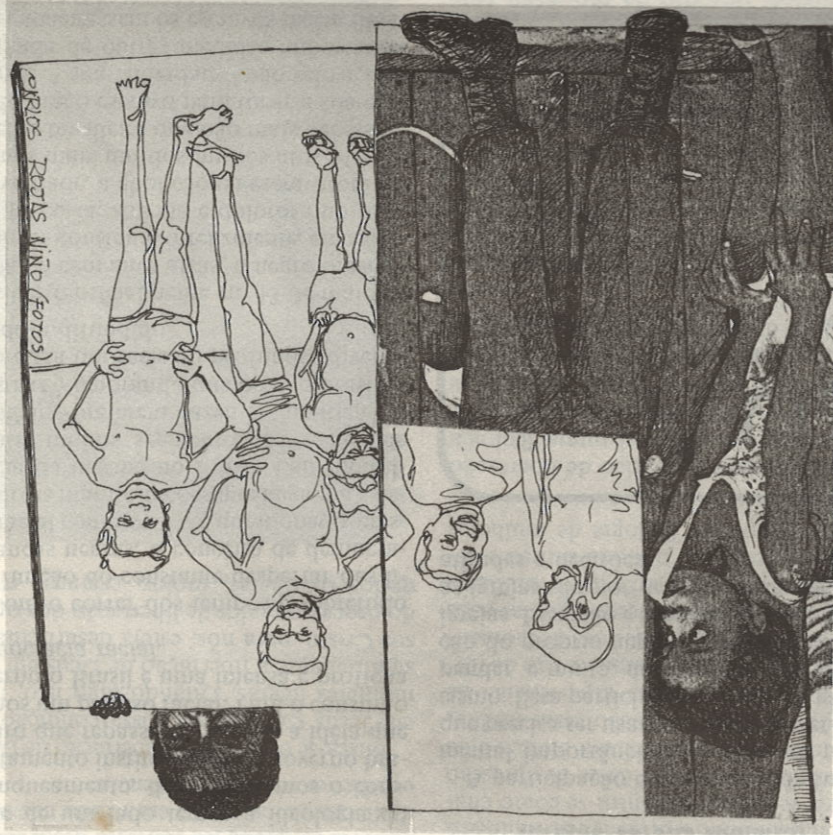
A escravidão negra, conta Azzí, era fundamental para a produção econômica das colônias em benefício das coroas. Deste modo, um questionamento sério de sua legitimidade representaria um verdadeiro atentado contra a estabilidade vigente. Daí que a escravidão negra nas Américas foi bem mais violenta que a de Roma. Os traficantes de escravos arruinaram toda uma raça e extinguiram mais de 20 milhões de homens e mulheres.

Maldição divina

A nível popular, porém, a tese mais difundida como justificativa do sistema escravocrata era a doutrina da maldição divina. Sob este prisma três interpretações diversas, mas convergentes, eram apresentadas para explicar a origem da escravidão negra: a primeira delas afirmava que a esmo consequência da "doutrina bíblica" Adão e da maldição divina imposta ao homem de trabalhar a terra com o suor do rosto. O trabalho escravo evidenciava na sociedade humana a força dessa maldição. A segunda versão considerava os africanos como descendentes de Caim e, portanto, traziam ainda na carne a maldição divina do primeiro homicida da humanidade.

Havia também as justificativas científicas. Três "teorias científicas" colaboraram eficazmente para justificar e aprofundar a escravidão e, conseqüentemente, o racismo: o *positivismo* de Comte, o *darwinismo social* e o *evolucionismo* de Spencer. Renato Ortiz em sua obra *Cultura Brasileira e Identidade Nacional*, declara que estas "teorias", apesar de serem distintas entre si, podem ser consideradas sob um único aspecto: o da evolução histórica dos povos. Na verdade, o evolucionismo se propunha a encontrar um nexo entre as diferenças sociais humanas ao longo da história, aceitando como postulado que o "simples" (povos primitivos) evolui naturalmente para o mais "complexo" (povos ocidentais), procurando estabelecer as leis que presidiriam o progresso das civilizações. Do ponto de vista político aceita-se que o evolucionismo vai possibilitar à elite europeia uma tomada de consciência de seu poderio que se consolida com a expansão mundial do capitalismo. O *evolucionismo*, em parte, legítima ideologicamente a posição hegemônica do mundo ocidental. A "superioridade da civilização europeia torna-se, assim, decorrente das leis

De acordo com a terceira interpretação, no imposto pelo próprio Deus. Caim, sendo a negritude de sua pele o sig- considerado como a raça maldita de Caim, sendo a negritude de sua pele o sig- considerado como a raça maldita de Caim, sendo a negritude de sua pele o sig- considerado como a raça maldita de Caim, sendo a negritude de sua pele o sig-



que capacitassem os escravos recém liber-
panhada de outras medidas importantes
nomia. A sua "liberdade" não veio acom-
va do braco escravo para tocar a sua eco-
da elite brasileira que não mais necessita-
apenas mais um dos muitos atos oficiais.
Na verdade, a abolição da escravatura foi
ção precária, sofrida e dolorosa no país.
ro ainda continua, infelizmente, em situa-
1888, há cem anos atrás, o negro brasilei-
Liberto oficialmente em 13 de maio de

ficado e difundido.
ro pratica um racismo profundo, diversi-
avestruz", ignorando que o povo brasilei-
brasileira preferem fazer a "política do
mente, muitos segmentos da sociedade
tência da mesma no Brasil. Lamentavel-
cendo as manifestações que negam a exis-
cia racial começou a ser questionado, cres-
deranças negras, o conceito de democra-
em função do constante despertar das li-
Com o correr dos tempos e sobretudo

democracia racial.
externo o Brasil é uma imensa e profícua
somos um paraíso racial. Para o consumo
sileiro que repassa ao mundo a idéia que
portamento institucional do governo bra-
branqueamento, do outro temos o com-
Se de um lado temos a ideologia do

deixará de sofrer tanto.
opressor. Imagina que igualando-se a ele,
mo, ela luta para tornar-se igual ao seu
opressor a ve e quer inferior. Por isso mes-
logicamente, sente-se como o braco
nidade negra que esta, pressionada psico-
enraizou-se tão profundamente na comu-
Essa ideologia de branqueamento

to, desenvolvido e cristão.
que é branco é bom, positivo, rico, boni-
desenvolvido, marginal, bruxaria. E, tudo
gro é péssimo, negativo, pobre, feio, sub-
relatórios, nos segmentos mais inferiores
tísticas, nos parâmetros mais soturnos dos
cos, nos índices mais medíocres das esta-
se situa no ponto mais crítico dos gráfi-
riorizado dentro da cultura brasileira. Ele

O negro é desprezado, maltratado, infe-
rizarado dentro da cultura brasileira. Ele
se situa no ponto mais crítico dos gráfi-
tísticas, nos parâmetros mais soturnos dos
relatórios, nos segmentos mais inferiores
das pirâmides. Ele desenha um mapa de
um país subdesenvolvido (80% da popu-
lação negra reside nas regiões mais po-
vismo, uma massa de ex-escravos manteve-
se presa de relações sociais caracterizadas
pela dependência do seu ex-senhior; pelo
clientelismo elitoreiro dos coronéis, pelas
exaustivas tarefas das plantações.

Por que uma democracia racial?
Os fatos do cotidiano mostram que no
Brasil o tão decantado conceito de igual-
dade racial deixou de ser válido. A reali-
dade aponta mais no sentido da discrimi-
nação do que no da democracia racial.
Quando as "teorias científicas" chegaram
ao Brasil no século 21, encontraram aqui
uma realidade bem diferente da "civiliza-
da" Europa branca.
Para adaptar estas "teorias científicas"
à realidade brasileira, iniciou-se a elabo-
ração da ideologia do branqueamento, is-
to é, o negro, para ser aceite tinha que as-
similar os valores brancos. Tudo que é ne-
gro é péssimo, negativo, pobre, feio, sub-
desenvolvido, marginal, bruxaria. E, tudo
que é branco é bom, positivo, rico, boni-
to, desenvolvido e cristão.

naturais que orientam a história dos po-
vos". A influência destas pseudo teorias
científicas foi fundamental para o surti-
mento e sedimentação do racismo à bra-
sileira, hoje conhecido como *democracia
racial.*

Aconteceu

Assinatura anual Cz\$ 200,00

América Latina: US\$ 60 América do Norte: US\$ 85 Europa, África e
Ásia: US\$ 100

Nome: _____
Endereço: _____
Cidade: _____ CEP: _____ Est.: _____
Telefone: _____ Profissão: _____ Idade: _____
Faça sua assinatura através de cheque nominal para o CEDI
— Centro Ecumênico de Documentação e Informação — Rua
Cosme Velho, 98 — fundos — CEP 22241 — Rio de Janeiro — RJ

A participação das igrejas é de funda-
mental importância. Elas têm um poder
que precisa ser usado para combater o ra-
cismo. Essa participação, contudo, vai de-
pendendo, e muito, do interesse e mobiliza-
ção do próprio negro no interior de suas
igrejas. Essa não é uma tarefa fácil, já que
as igrejas são por demais lentas nas suas
atitudes e decisões.

Igrejas versus racismo

A Comissão Ecuemênica Nacional va-
trabalhar prioritariamente no interior da
igrejas. Será uma tarefa que exigirá muita
paciência. Pretendemos atingir igrejas lo-
cais, seminários teológicos, instituições
educacionais e sociais, sempre através de
encontros, debates, artigos nas diversas pu-
blicações evangélicas e ecumênicas etc. C
primeiro projeto já está sendo implemen-
tado. A Comissão estuda atualmente a teo-
logia e o racismo para poder formular, a
partir da teologia, um combate ao racis-
mo fundamentado bíblica e teologicamen-
te. A criação da Comissão e sua integra-
ção ao Conic, baseada sua programação
na possibilidade de uma nova relação das
igrejas com os negros, sem as discrimina-
ções do passado e com os olhos no futu-
ro, na nova sociedade.

Temos, apesar de alguns impasses, muito
esperança. Em maio de 1984, no Rio de
Janeiro, a Igreja Metodista realizou o seu
primeiro encontro nacional com represen-
tantes negros das várias regiões eclesiásti-
cas. Compararam, também, para dar
conta da situação, representantes da liderança ne-
gra brasileira. Desse encontro nasceu uma
comissão nacional que objetiva mobilizar
os metodistas para combater o racismo.
Em maio de 1985, em São Paulo
realizou-se o Primeiro Encontro Ecumê-
nico Nacional, com representantes oficiais
das Igrejas Episcopal, Metodista, Presb-
teriana Unida, Presbiteriana Independen-
te, ECLB e Assembléia de Deus — Mi-
nistério do Rio de Janeiro. Desse encon-
tro, nasceu a primeira Comissão Ecumê-
nica Nacional, hoje integrada ao Conse-
lho Nacional de Igrejas Cristãs (Conic).
A Comissão Ecuemênica Nacional va-
trabalhar prioritariamente no interior da
igrejas. Será uma tarefa que exigirá muita
paciência. Pretendemos atingir igrejas lo-
cais, seminários teológicos, instituições
educacionais e sociais, sempre através de
encontros, debates, artigos nas diversas pu-
blicações evangélicas e ecumênicas etc. C
primeiro projeto já está sendo implemen-
tado. A Comissão estuda atualmente a teo-
logia e o racismo para poder formular, a
partir da teologia, um combate ao racis-
mo fundamentado bíblica e teologicamen-
te. A criação da Comissão e sua integra-
ção ao Conic, baseada sua programação
na possibilidade de uma nova relação das
igrejas com os negros, sem as discrimina-
ções do passado e com os olhos no futu-
ro, na nova sociedade.

Antonio Olimpio Sant'Ana é presidente da Comis-
são Ecumênica Nacional, membro do Program
de Combate ao Racismo do Conselho Mundial de
Igrejas e do Programa Nacional do Centenário de
Abolição do Ministério da Cultura.

MULHERES NEGRAS

Uma nova dimensão teológica

que tendam a pensar e articular uma hermenêutica, uma reflexão teológica para mulheres negras. Pense, sim, que sejam estes sujeitos desse exercício, pensando suas próprias vidas.

Igualmente ao escrever "mulheres ne-

gras" o faço no plural por acreditar que

esta tarefa deva ser comunitária, chorada

da experiência cotidiana, sofrida, chorada,

da, compartilhada em solidariedade. E

mais: vejo como uma forma concreta de

resistência ao individualismo marcante de

nossa sociedade capitalista. Entendo que

o *teologizar* de mulheres negras parte de

sua localização sócio-político-econômico-

cultural concreta, no contexto desta socie-

dade brasileira, assim enraizada nas suas

condições reais de existência.

Busca-se o sentido da libertação de Deus

em Jesus Cristo para nossa condição de

mulheres negras. Quando digo isto, não

significa que a libertação de Deus em Je-

sus Cristo, para nós, esteja desarticulada

do processo maior de libertação dos opri-

midos (mulheres, índios, crianças etc.).



Agência Estado

embranças de momentos, de coisas ditas e sentidas... Entre tais lembranças aquela manhã quando ainda era estudante de Teologia. A possibilidade de ver as dimensões femininas e maternais de Deus causaram em mim sentimentos, pensamentos e entendimentos novos. Ao final da aula, uma oração: Deus, nosso Pai e nossa Mãe...! Esta manhã ficou no passado, mas as coisas ditas, sentidas e a novidade estão até hoje presentes.

Marilia Schüller

Fomos ensinadas/os a falar e fazer imagens de Deus marcadamente masculinas: Pai, Senhor, Filho... Nunca aprendemos a falar ou fazer imagens de Deus femininas. O movimento feminista não apenas reavivou as lutas políticas das mulheres por igualdade de direitos, mas inaugurou mudanças de uma cosmovisão e estrutura intelectual androcêntrica para uma cosmovisão androcêntrica e patriarcal. Se antes



Agência Estado

pensar quem exercia o labor teológico remeta imediatamente aos homens, hoje já não se dá assim.

Acompanhando a presença de mulheres

no *fazer teológico* encontra-se como cha-

ve hermenêutica a experiência de opressão

das mulheres para a releitura bíblica e de

tradições cristãs. Quem são essas mulhe-

res e quais são as suas experiências de

opressão? Aqui, evidentemente não de for-

ma aprofundada, por questões de momen-

to e espaço, gostaria de tecer algumas con-

siderações sobre mulheres entre mulheres

que fazem teologia: o ainda difuso e es-

pecífico campo da Teologia de mulheres

negras.

Nesse caminho teológico de libertação

latino-americana, pensa-se numa Teologia

Negra que indica um compromisso real e

concreto com o lugar a partir do qual se

faz teologia: as situações e experiências de

opressão e discriminação racial da comu-

nidade negra.

E do âmago da comunidade negra que

abrimo caminhos, lançando seu protesto,

as mulheres negras ocupam seu espaço,

e buscando sua libertação.

Espaço novo

Esta relação mulheres negras e teologia é ainda bastante nova. Quando penso es-

te *teologizar* descarto da expressão atos



Douglas Mansur

TERRAS INDÍGENAS NO BRASIL

Saiba porque a terra indígena é farta só no papel!



Publicação que traz os resultados de uma pesquisa conjunta do CEDI e do MUSEU NACIONAL sobre a situação atual das terras indígenas no Brasil. Tem 152 páginas, com apresentação, artigo, nota metodológica, quadros, mapas e listaagem completa dos 518 casos estudados.

CZ\$ 350,00

Faça seu pedido através de cheque nominal para o CEDI.

Av. Higienópolis, 983
CEP 01238 — São Paulo — SP

O *teologizar* de mulheres negras aponta para algumas questões contidas no reconhecimento e vigilância constantes de sua situação de triplíce discriminação: classista, racista e sexista. Assim, este *teologizar* deve manter a dialética e interdependência entre sua condição específica de participantes das classes subalternas, ou ainda parte de uma grande massa que não

Três vezes discriminada



João Roberto Ripper

Quero sim dizer que pensar teologicamente a libertação dos oprimidos, no sentido genérico, não contempla o específico de mulheres negras. Mesmo o labor da Teologia Feminista por si só não contempla o específico de mulheres negras, quando elaborada a partir da localização histórica de mulheres de classe média e brancas. E ainda! A própria Teologia Negra ocupada em ser de relevância para a comunidade negra, se não for comprometida com o ponto de partida da localização sócio-econômico-político-cultural-eclesial das mulheres negras, também não contribuirá ao caminho da libertação.

Diante disto, o *teologizar* de mulheres negras, sua hermenêutica, os conceitos teológicos a que possa chegar, suas críticas às igrejas e tradições cristãs, e mesmo o significado da libertação de Deus em Jesus Cristo, deve partir de e voltar para estas questões intrínsecas à sua cotidiana experiência de vida. Certamente este exercício específico, embora não exclusivo, tem de articular-se em solidariedade, como uma corrente, cujos elos são formados por su-

participa do mundo do trabalho, sendo assim discriminadas por serem *pobres*; de sua condição de serem *negras* e participando de um imenso contingente de população negra, discriminada pelo racismo das igrejas e da sociedade capitalista branca; de sua condição de *mulheres* negras num continente e país notadamente sexista, cuja estrutura de sociedade, nas suas mais diversas organizações (incluindo instituições eclesásticas), é androcêntrica, sofrendo também a discriminação de seus companheiros de raça negra. Vale ressaltar que esta visão de interdependência e articulação do classismo, racismo e sexismo constitui-se em contribuição da Teologia Feminista, que postula uma libertação horizontal (totalidade).



Agência Estado

Agência Estado

Aquela manhã à qual me remeti no início, mesmo que bastante pessoal, ficou no passado. Todavia a nova dimensão da relação pelo *teologizar* e sentir Deus como Criador das mulheres e, portanto, um Deus lógico a que possa chegar, suas críticas às igrejas e tradições cristãs, e mesmo o significado da libertação de Deus em Jesus Cristo, deve partir de e voltar para estas questões intrínsecas à sua cotidiana experiência de vida. Certamente este exercício específico, embora não exclusivo, tem de articular-se em solidariedade, como uma corrente, cujos elos são formados por su-



Agência Estad

jeitos históricos a caminho de sua libertação. Encontra contribuições profundas e de grande valia nas referências teológicas libertadoras da Teologia Latina-Americana, da Teologia Negra, da Teologia Feminista, surgidas da vida e experiência do povo oprimido. Seus passos vão em direção da vida na sua integralidade, de homens novos e mulheres novas, de uma sociedade transformada como desejo de Deus. Diria ainda, ousadamente, que no momento histórico em que a libertação plena chegar para as mulheres negras, mu-

Marilia Schuller é teóloga metodista e pós-graduada em Ciências da Religião.

Como atuam nossas igrejas diante da prática do racismo institucionalizado? Se considerarmos uma história de compromisso à causa do Evangelho, podemos afirmar que as nossas igrejas cumpriram seu papel: formaram uma grande massa de crentes na mensagem do Senhor e com compromissos sociais desafiadores na construção da nova sociedade. Mas quan-

Papel das igrejas

sustentar a divisão entre os capazes de coordenar e administrar os poderes existentes e, em segundo lugar, irá reforçar a política de que as massas empobrecidas e marginalizadas serão eficientes dentro de um esquema preestabelecido pela classe dominante.

Ainda para manter esse processo de racismo vai sendo feita uma releitura da convivência social que possa amenizar os possíveis confrontos entre as minorias racistas e os discriminados. Para tanto, nasce um discurso de *democracia racial*, que procura sustentar a tese da convivência pacífica entre todas as formas étnicas. Mas é visível que esse discurso democrático vem legitimar um novo processo de discriminação estrutural. Primeiramente, porque irá

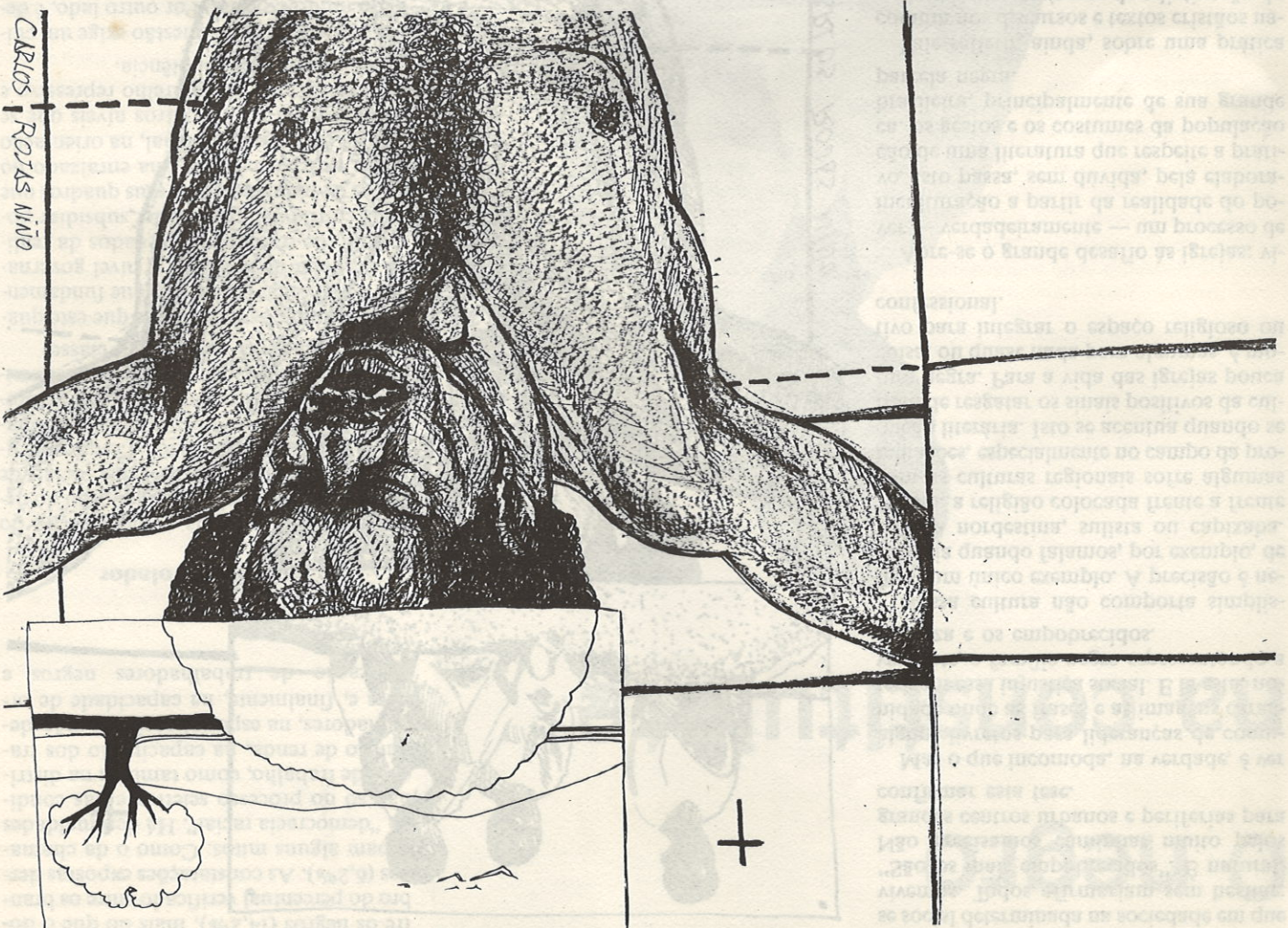
tratar-se de um elemento consequente à raça visível através do *preconceito racial*. Isto se dá dentro da cultura de cada país. Isto se dá social, religioso e, principalmente, dentro de sua estruturação dentro de um sistema e sua estruturação dentro de um sistema de racismo

O resultado deste processo de racismo é sua estruturação dentro de um sistema de racismo e, principalmente, dentro de sua estruturação dentro de um sistema de racismo

Liberdade, 1986, pp. 54-55).
de Negra e Religião, Aseti, Cedi/Edições
ticas e experiências religiosas" (*Identida-*
determinadas atividades ou formas artis-
de, a conduta moral, as inclinações para
com o grau de inteligência, a emotivida-
uma significação qualitativa de acordo
observadas entre grupos de indivíduos
trina que atribui às diferenças somáticas
definição de que o racismo é "uma dou-
história universal. Assumimos a
que marca todos os períodos da
racismo é um elemento desafiador

Marcos Rodrigues da Silva

O racismo na literatura religiosa



Como atuam nossas igrejas diante da prática do racismo institucionalizado? Se considerarmos uma história de compromisso à causa do Evangelho, podemos afirmar que as nossas igrejas cumpriram seu papel: formaram uma grande massa de crentes na mensagem do Senhor e compromissos sociais desafiadores na construção da nova sociedade. Mas quan-

Papel das igrejas

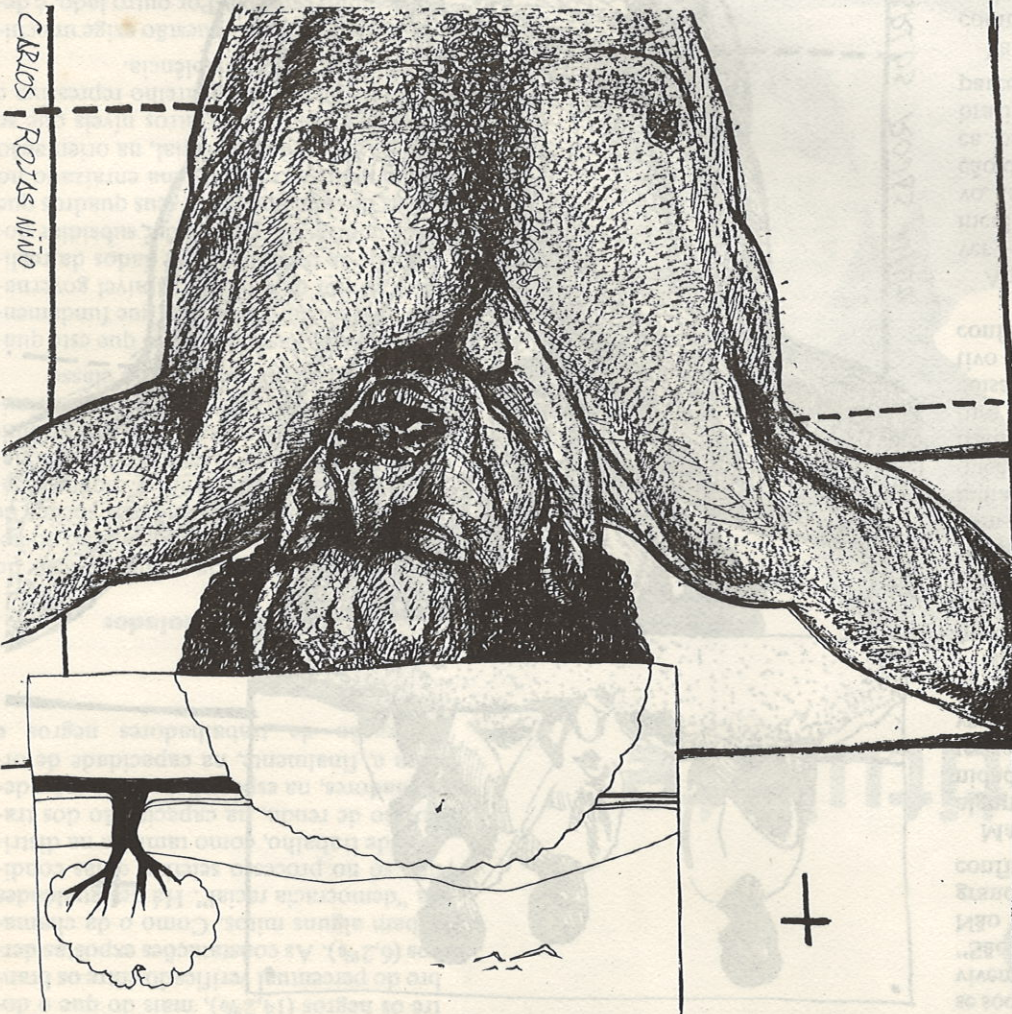
Como atuam nossas igrejas diante da prática do racismo institucionalizado? Se considerarmos uma história de compromisso à causa do Evangelho, podemos afirmar que as nossas igrejas cumpriram seu papel: formaram uma grande massa de crentes na mensagem do Senhor e compromissos sociais desafiadores na construção da nova sociedade. Mas quan-

Trata-se de um elemento consequente à ra visível através do *preconceito racial*, do ensino da cultura de cada país. Isto se- é sua estruturação dentro de um sistema O resultado deste processo de racismo Liberdade, 1986, pp. 54-55).

Ainda para manter esse processo de ra- vivência social que possa amenizar os pos- cismo vai sendo feita uma releitura da con- determinadas atividades ou formas artis- de, a conduta moral, as inclinações para com o grau de inteligência, a emotivida- uma significação qualitativa de acordo observadas entre grupos de indivíduos trina que atribui às diferenças somáticas definição de que o racismo é "uma dou- história universal. Assumimos a que marca todos os períodos da racismo é um elemento desafiador

Marcos Rodrigues da Silva

O racismo na literatura religiosa



se social determinada na sociedade em que vivemos. Todos afirmariam sem hesitar: "São os mais empobrecidos". É natural. Não precisamos caminhar muito pelos grandes centros urbanos e periferias para confirmar esta tese.

Mas o que incomoda, na verdade, é ver alguns livros para lideranças de comunidade onde as frases e as imagens caracterizam essa injustiça social. E lá está, novamente, a família negra representando a pobreza e os empobrecidos.

Nossa cultura não comporta simplismos, um único exemplo. A precisão é necessária quando falamos, por exemplo, de cultura nordestina, sulista ou capixaba. Porém, a religião colocada frente a frente com as culturas regionais sofre algumas mutações, especialmente no campo da produção literária. Isto se acentua quando se trata de resgatar os sinais positivos da cultura negra. Para a vida das igrejas pouca coisa, ou quase nada para algumas, é motivo para integrar o espaço religioso ou confessional.

Abre-se o grande desafio às igrejas: ver — verdadeiramente — um processo de inculturação a partir da realidade do povo. Isto passa, sem dúvida, pela elaboração de uma literatura que respeite a prática, os gestos e os costumes da população brasileira, principalmente de sua grande parcela negra.

Vale refletir, ainda, sobre uma prática comum nos discursos e textos cristãos naquilo que chamariamos de adjetivação do pecado e da graça. O pecado é logo representado pela "noite negra", "Mas isto não tem nada a ver com a pessoa negra", diria alguém para justificar a exemplificação. Pois bem. E a graça? Esta sempre vem associada a uma "nuvem branca", que traz a paz. Este tratamento carrega, com sutileza, dois elementos de racismo: o negro é sinônimo de vida vulgar, pecaminosa. Já o branco tem o privilégio de viver o estado de graça pois estaria mais próximo dos olhos de Deus.

A abordagem crítica da literatura religiosa exigiria a citação dos veículos e autores de mensagens racistas. Mas, considerando que no Brasil todos dizem que não são racistas, devemos levar em conta essas palavras para todos os cidadãos que são sensíveis à realidade do povo negro. A partir daí, sim, entender as práticas das igrejas e suas mensagens junto e para essa imensa massa popular empobrecida, consagrada e branca.

Marcos Rodrigues da Silva é pós-graduando em Teologia Dogmática e integrante do Centro Ecnomenico de Serviço à Evangelização e Educação Popular (Cesep).

que Deus gosta, obedece o pai e a mãe" (vem a representação de um menino branco); por outro lado, "o malcriado, travesso e malandro, Deus castiga e não vai permitir sua entrada no paraíso" (geral-mente, um menino negro). São formas religiosas de racismo.

O quadro fica mais grave quando acentua-se o caráter da mulher negra como "mulher marginalizada", sem considerar a imagem que será guardada pelos leitores. Explica-se: às vezes, pensando de-nunciar uma injustiça, podemos acentuar ainda mais certos modos de racismo.

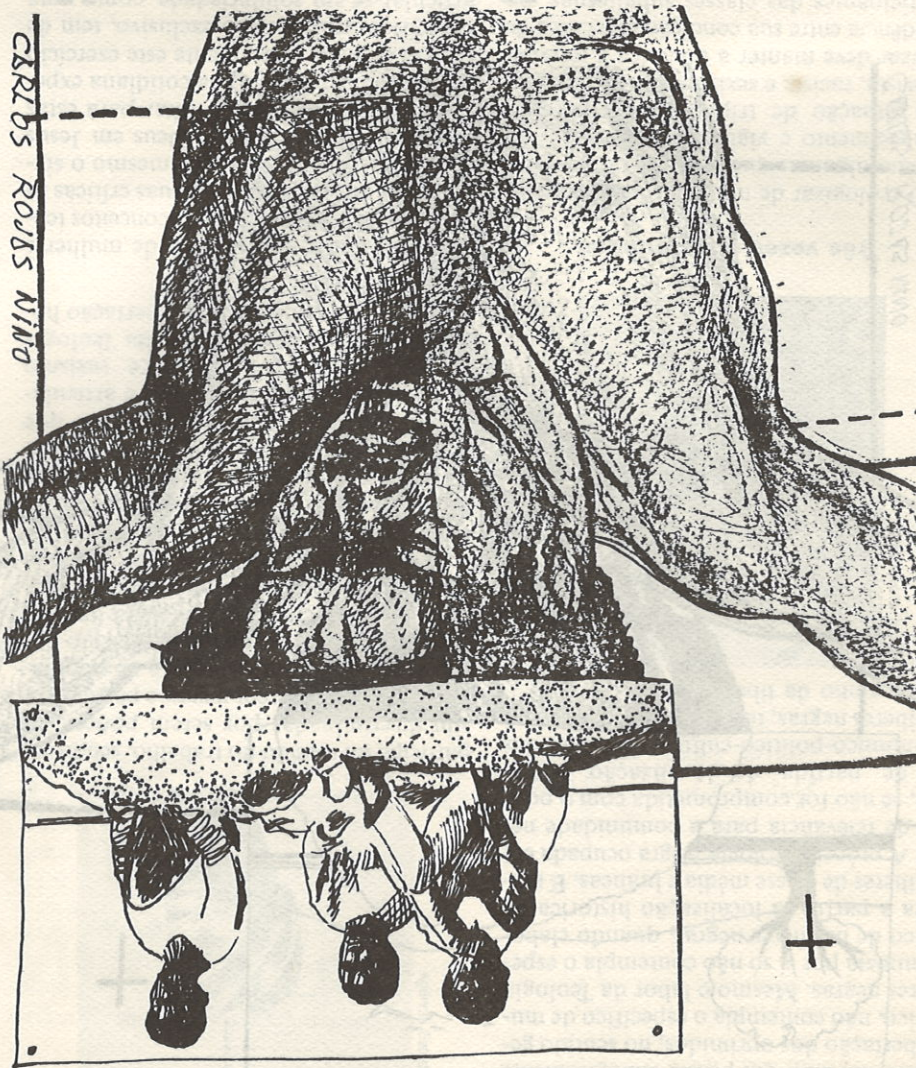
Os atos de discriminação gerados pelo racismo internalizado, mesmo entre aqueles que se consideram "progressistas", precisam ser cuidadosamente observados e eliminados. Não se pode admitir apenas no discurso um espaço de convivência sem preconceitos, enquanto que na vida das igrejas e em sua produção literária ainda prevalecem elementos racistas.

Luta de classes e cultura — O povo negro, na sua maioria, pertence a uma classe

de penetramos nas esferas mais íntimas da caminhada das igrejas temos de detectar alguns processos de relação com a sociedade, particularmente no Brasil, que apontam para um certo racismo internalizado, o que pouco difere do institucionalizado. Na prática vão ocorrer algumas situações bastante características que marcaram a presença e a participação do negro na vida das igrejas. Na produção literária eclesial o homem e a mulher negros ocuparão espaços bem definidos. Vejamos os casos mais comuns:

Moral e imoralidade — O parâmetro inicial de nossa análise parte dos princípios criados ou adotados em nossa sociedade para servir a uma realidade marcada para conservar e moralista é cada vez maior. Esta situação revela um dos fatores determinantes de tal padrão social: o racismo.

Na literatura religiosa encontramos estes sinais, principalmente nos textos catequéticos. Os tipos são exemplificados da seguinte forma: "O bom menino, aquele



re os negros (14,2%), mais do que o do-
bro do percentual verificado entre os bran-
cos (6,2%). As constatações expostas der-
rubam alguns mitos. Como o da chama-
da "democracia racial". Há desigualdades
não só no processo seletivo e nas condi-
ções de trabalho, como também na distri-
buição de renda, na capacitação dos tra-
balhadores, na especialização de mão-de-
obra e, finalmente, na capacidade de or-
ganização de trabalhadores negros e
brancos.

Quadro desolador

Estamos no ano da comemoração do
Centenário da Abolição. A situação do ne-
gro se manifesta em problemas sociais de
grave e triste constatação: o esquecimen-
to de seu papel na formação da naciona-
lidade, marginalização social e econômi-
ca, preconceito racial manifesto, discrimi-
nação, cidadania de segunda classe.

São muitas as indagações que este qua-
dro nos suscita. Parece-nos que fundamen-
tal é a falta de interesses, a nível governa-
mental, de trabalhar com dados da reali-
dade confiáveis, para poder subsidiar po-
líticas de treinamento de seus quadros que
visem extrair este estigma entratado no
seio da corporação policial, na orientação
cultural e em tantos outros níveis que se
têm constituído em aparelho repressivo e
causa de constante violência.

Sabemos que esta questão exige um cui-
dado muito especial. Por outro lado, é de-
nunciando que teremos uma visão mais
apurada da realidade. Entendemos que
uma das formas de luta é a exploração do
racismo. A denúncia é uma delas.

É preciso coragem

Chegamos à conclusão de que o cami-
nho que leva à extinção do racismo é ár-
duo e difícil, demandando tempo, traba-
lho e, principalmente, coragem e persistên-
cia. As mudanças só poderão ocorrer com
o envolvimento e comprometimento de ca-
da um. Qualquer iniciativa terá cumprido
seu objetivo na medida em que acabem as
inquietações que originam o racismo,
transformando-se em ação de combate a
esse "câncer social".

É necessário, portanto, divulgar, denun-
ciar, difundir para o conjunto da sociedade
de toda e qualquer situação, evidência, ato,
manobra, fato ou consequência que im-
plique, preguem, insinue ou caracterize dis-
criminação de raça e cor, especificando da-
ta, evento, vítima e réu.
A superação desse quadro, que passa pe-
la organização civil dos negros, enquanto
comunidade racial, na ativa defesa de seus

As taxas de desemprego levantadas pe-
la pesquisa indicam que o desemprego
atinge preferencialmente a parcela negra
da população economicamente ativa:
16,9% dos negros encontram-se desempre-
gados contra 12% dos brancos. Demons-
tram, assim, que os negros sofrem um pro-
cesso maior de seleção ao tentarem ingre-
sar no mercado de trabalho, e, quando
conseguem, ficam mais expostos ao de-
semprego do que os brancos. Outra cons-
tatação foi de que os negros executam ati-
vidades que não requerem especialização
ou capacitação. Isto é confirmado pela alta
proporção de empregados domésticos en-

O Dicese/Seade, em 1985, publicou os
resultados de uma pesquisa feita em São
Paulo, que vem cartimbar os cem anos de
abolição da escravidão com dados que
não deixam dúvidas quanto à brutal dis-
criminação racial que atinge homens e mu-
lheres negros no mercado de trabalho.

Brasil, a segunda maior nação ne-
gra do mundo, tem uma população
negra que constitui um dos pilas
da sociedade brasileira. Forma 44,5%
da população (IBGE) e integra de forma
visível um dos segmentos mais explorados
da sociedade.

Benedita da Silva



João Roberto Hippel

O negro na constituinte

Colômbia

Sinal fechado para a vida

Manuel Gutiérrez

Colômbia é um país cruzado de norte a sul pelas montanhas dos Andes, e banhado por dois oceanos: Atlântico e Pacífico. Possui todas as variações climáticas, desde as neves perpétuas andinas até as quase insuportáveis temperaturas quentes das selvas e das planícies, passando pelos climas de pé de monte, onde se cultiva preferencialmente o café, a banana e a cana-de-açúcar.

A Colômbia é um país cruzado de norte a sul pelas montanhas dos Andes, e banhado por dois oceanos: Atlântico e Pacífico. Possui todas as variações climáticas, desde as neves perpétuas andinas até as quase insuportáveis temperaturas quentes das selvas e das planícies, passando pelos climas de pé de monte, onde se cultiva preferencialmente o café, a banana e a cana-de-açúcar.

O território colombiano tem rios majestosos e a maioria de suas terras é fértil, caracterizando um país agrícola, povoado por brancos, negros, indígenas, mestiços, mulatos e zambos. No seio de sua terra abundam carvão, ferro, petróleo, ouro, prata, enquanto nas selvas predominam madeiras preciosas.

Mas a Colômbia produz também a maior parte da maconha consumida nos Estados Unidos, e é passagem obrigatória para a maioria dos viciados norte-americanos e dos países vizinhos. Isto provoca a ira da administração Reagan que voca a irada administração Reagan que

“para proteger seu povo” não hesita em aplicar retaliações políticas e econômicas contra o governo do presidente Virgílio Barco.

No âmbito da formalidade institucional, o país é “democrático”. Seu presidente tem a garantia do voto popular, embora apenas 10% dos eleitores comparecem normalmente às urnas.

O Exército colombiano, guardião fiel da Constituição e das leis, é altamente qualificado e a polícia faz pose de respeito aos direitos civis. E para que a felicidade seja completa, o país está consagrado ao Sagrado Coração de Jesus. Todos os anos a consagração se renova na catedral de Bogotá, com a presença do presidente e seus ministros, da alta hierarquia católica, dos políticos e dos militares.

Luta de interesses

Em neste cenário, onde aparentemente reina uma calma absoluta, que se cruzam interesses conflitantes: os dos povos indígenas que lutam e resistem contra a usurpação de suas terras; os dos camponeses que exigem uma reforma agrária sob seu controle; os dos trabalhadores que querem ver dignamente. De outro lado, residem os interesses dos latifundiários, dos políticos tradicionais, dos chefes do narcotráfico, do governo norte-americano e até mesmo de



Solidaridad

Esta é a Colômbia real, onde ocorre um assassinato político a cada seis horas, trazendo uma alarmante cifra de mais de três mil mortos e 1,2 mil desaparecidos. E o país das incongruências, regido por civis, mas sob tutela militar. Há 32 anos vigora o Estado de Sítio e sua história política é a versão hegemônica de liberais e conservadores, que brigam durante o dia e se abraçam à noite, protagonizando cambalachos de cúpula. Licenciosamente, admitem a tortura, a perseguição e o assassinato praticados diariamente pelos “esquadrões da morte”.

O povo colombiano vê engrossar diariamente as filas de desempregados e marginalizados nas periferias das grandes cidades. São camponeses em sua maioria que fogem da repressão governamental, da violência dos latifundiários e, principalmente, da fome. E junto aos homossexuais, prostitutas e mendigos, também os desempregados se transformam em alvos preferidos da sanha de grupos paramilitares que desenvolvem “campanhas de amor” para limpar as cidades dos “marginais”.

Ameaça permanente

Nos últimos três anos a violência oficial cresceu na mesma medida do fortalecimento das organizações populares e sindicais. Um passo importante desse fortalecimento foi a criação da União Patriótica, que nas eleições passadas conquistou mais de 10% dos votos. Mesmo optando pelo jogo político legal, a UP também passou a sofrer as consequências do terror paramilitar: mais de 470 líderes da organização já foram assassinados, inclusive seu candidato à Presidência, Jaime Pardo Leal. A este número somam-se os mortos e desaparecidos. Nesta escalada da morte, a ameaça paira sobre qualquer pessoa, seja ela militante ou não. Por isso, a luta do povo colombiano hoje não é apenas pela democracia. É uma luta prioritária pelo direito à vida.

Manuel Gutiérrez é militante do movimento popular da Colômbia.

Também não me recorde de nenhuma obra que Martin Luther King tenha inaugurado. Mas me lembro muito bem do seu rosto sereno, a despeito do ódio carregado de ameaças de morte por parte dos brancos. Ele marchava de mãos vazias, mãos dadas, apontando um caminho. E me lembro do seu memorável discurso, já antevendo o fim, testamento, em que contava ao seu povo os sonhos que o animavam. E, qual num poema, o refrão se repetia: "Eu tenho um sonho..." Mas não se tratava de um sonho seu. Também os ditadores e os políticos pequenos sonham. Só que os seus sonhos não se abrem para um mundo novo; eles são sempre reflexos de um espelho: o próprio rosto de Narciso. Muito poder e imaginação atrofiada: pirâmides eternas e mandatos sem fim, ferrovias em fins de mundo e armas para o fim do mundo. "Eu tenho um sonho": era o sonho de um povo que se formava, lagarta que se transformava em borboleta. Palavras mágicas que evocavam esperanças esquecidas e invocavam utopias ainda não pensadas.

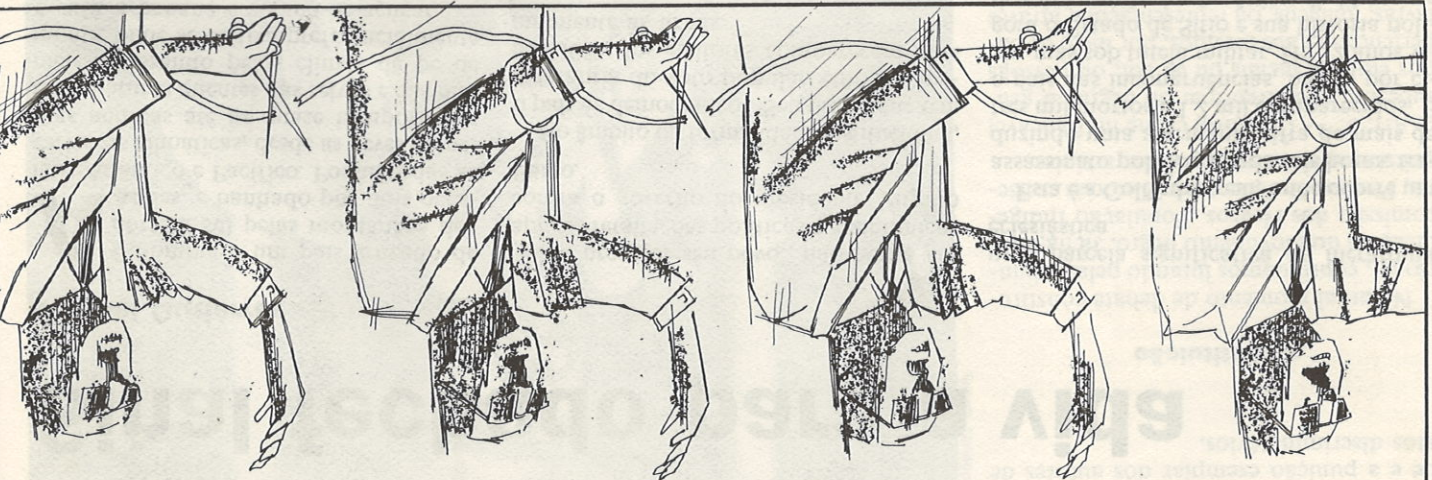
E muito mais fácil inaugurar uma obra que inaugurar um povo. Inaugurações de obras são sempre festivas. Já a inauguração de um povo é coisa dolorida como um parto, que não raro termina com a morte. Quem deseja ter um filho precisa tomar o risco de sofrer e morrer. Como aconteceu com Gandhi.

Não me recorde de nenhuma obra que Gandhi tenha inaugurado. Mas me lembro bem de outros gestos seus. Como a longa caminhada que fez rumo ao mar, quando já tinha 61 anos de idade: 24 dias, dezoito quilômetros por dia. Para quê? Quebrar a lei do sal, que proibia que os indianos possuissem qualquer sal que não lhes tivesse sido vendido pelo monopólio governamental inglês. Gesto mínimo, fraco, que não seria perpetuado por nenhuma placa de pedra: ir até a praia e ali transgredir a vontade do dominador; tomar nas mãos o sal que o mar e sol haviam colocado sobre a rocha. Ele bem que poderia ter ido em lombo de animal ou em vagão de trem. Seria mais rápido. Os políticos que se prezam têm horror à lentidão. E é por isso que tratam de conferir-se atributos divinos de onipresença: agora estão aqui, mas num abrir e fechar de olhos estão ali... Mas Gandhi! Pensava diferente. Sabia que a vida cresce devagar. Uma gravidez não pode ser apressada. Ele não desejava inaugurar coisa alguma. Queria gerar um povo. E povo é coisa que cresce por dentro. Leva tempo. Era preciso que a caminhada demorasse, para que as pessoas caminhassem com ele nos seus sonhos. Na medida em que ele avançava vagarosamente rumo ao mar, na imaginação do não-povo uma coisa nova ia crescendo: um senso de dignidade, um desejo de liberdade. E o não-povo ia virando povo, lagarta se transformando em borboleta...

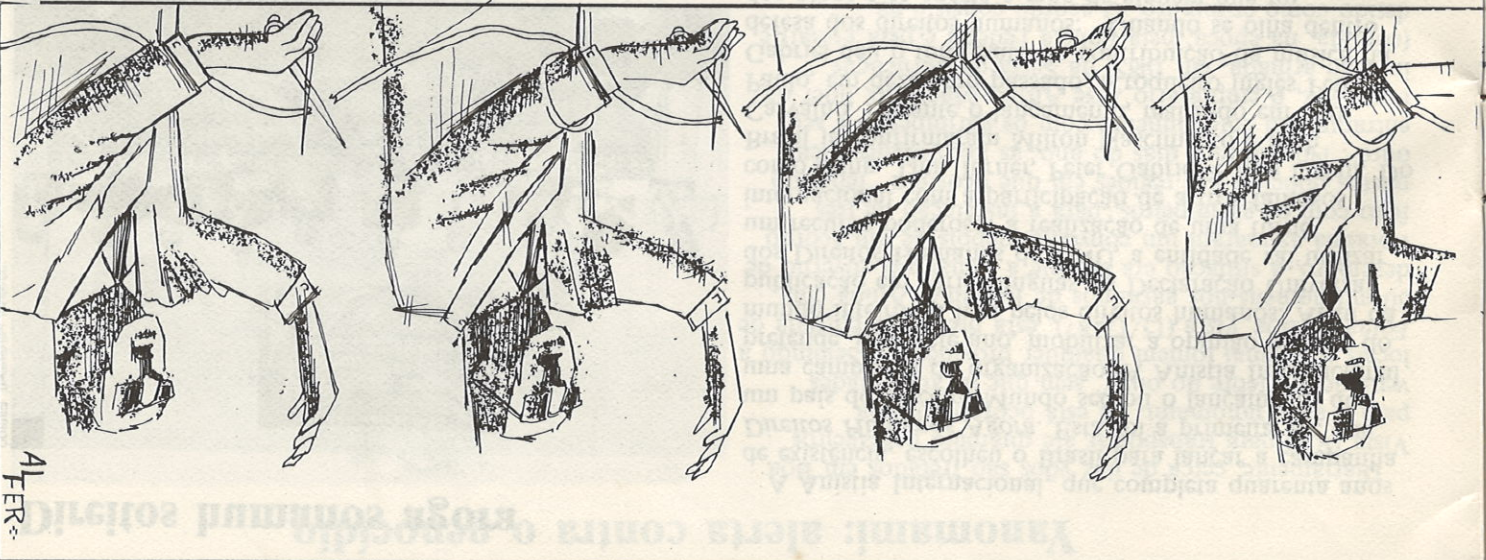
Rubem Alves

Construir povos

OGURAR OBRAS INAUGURAR OBRAS



INAUGURAR OBRAS



Também ele não inaugurou obras. Porque antes delas é preciso que haja um povo.

E pensei então que há dois tipos de políticos:

os que se oferecem aos olhos do povo,

e os que oferecem novos olhos ao povo.

Os primeiros ficam cada vez mais visíveis.

Suas imagens ensaiadas-polidas-construídas aparecem nos jornais e nos vídeos e, como a madrasa de Branca de Neve, não se cansam de perguntar:

“Espelho, espelho meu, haverá neste país político mais bonito do que eu?”

E se anunciam como aqueles que cumprem as

promessas, realizam milagres, inauguram obras, e têm o poder para transformar os desejos em realidade, desde que o povo, qual o operário em construção, só saiba dizer sim, não tenha coragem para dizer não... “Tudo isto será teu”, disse o Diabo ao Filho de Deus, “se prostrado me adorares...” E assim, pelo ardil das coisas que se dão, o povo fica fraco, dependente, pedinte, agradecido. Em resumo: eleitorado fiel.

Mas os líderes que inauguram povos são de outro tipo. Vão ficando progressivamente invisíveis. Como na tela de Salvador Dalí, *A Última Ceia*, em que o cenário se torna vitreo e se abre para as montanhas, os mares,

os horizontes. O próprio Filho de Deus está em vias de desaparecer na transparência, para que na sua

invisibilidade, o mundo inteiro possa ser visto. Assim

são os líderes que inauguram povos. Porque eles sabem

que o que importa não é que eles sejam vistos pelo

povo mas antes que o povo possa ver um mundo novo

através deles. E é por isso que, por oposição aos que

inauguram obras, eles não se preocupam com a

preservação narcísica de sua imagem. Confiam na

memória daqueles que, com eles, contemplam

horizontes em direção aos quais caminhar. Mas os

inauguradores de obras, por não sonharem os sonhos do

povo, tratam de gravar-se em metal por sabermem que,

uma vez idos, serão esquecidos...

Tento descobrir transparências, nos rostos políticos,

preânúncios de mundos novos. Mas só vejo reflexos

narcísicos: rostos opacos que obstruem horizontes,

nenhum lampejo de eternidade que faça voar a

imaginação. E compreendo então o amargo lamento de

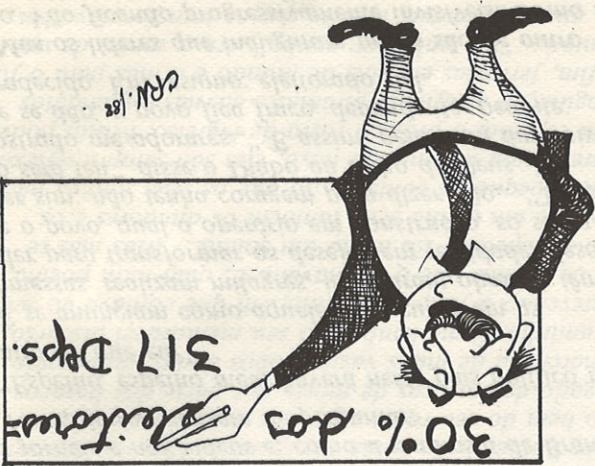
Guimarães Rosa, que só sabia fazer a política da

inauguração dos povos:

“Penso em eternidades.

Mas o político pensa apenas em minutos.

Eu penso na ressurreição dos homens.”



O jornalista Janio de Freitas, da *Folha de S. Paulo*, jogou um balde de água fria nas pretensões do chamado "Centrao" em considerar-se o bloco majoritário na Constituinte e, assim, reivindicar a aprovação de todas as suas propostas na base do "rolo compressor". Baseado em números das eleições de 86, Janio de Freitas prova que os 317 parlamentares listados pelo "Centrao" (embora seis deles jamais tenham votado com o grupo) obtiveram 24,6 milhões de votos, ou seja, representaram apenas um terço do eleitorado brasileiro. Já o não-Centrao, em suas diversas correntes, soma 56,3 milhões de votos, traduzindo as aspirações de 70% dos eleitores. Mais constrangedora ainda é a comparação dos votos de dois líderes opostos: enquanto o deputado José Lourenço, do PFL, teve apenas 28 mil votos, o senador Mário Covas, do PMDB, teve mais de 7 milhões. Portanto, a tese de que o "Centrao" surgiu para frear os "avanços esquarterizantes da minoria na Constituinte", não passa de conversa pra boi dormir. E vale lembrar ainda o artigo de Janio de Freitas: tão somente 24% das propostas originárias da esquerda foram aprovadas na Sistematização.

Centrao: que maioria é essa?

O movimento reivindicatório dos garimpeiros de Serra Pelada terminou tragicamente no dia 29 de dezembro último. Quando as negociações com o Ministério do Interior já estavam praticamente concluídas, com o atendimento das reivindicações — rebaixamento da cratera de extração e liquidação das dívidas referentes à compra de prata e paládio — a Polícia Militar do Pará praticou um verdadeiro massacre. Alegando "cumprir ordens" do governador Hélio Gueiros, quatrocentos soldados investiram com bombas de gás lacrimogênio e tiros de revólver contra centenas de garimpeiros que ocupavam pacificamente a ponte rodoviária sobre o rio Tocantins. Ao fechar as duas saídas da ponte, os

Massacre no garimpo



Juvenal Pereira/Aq. Estado

Direitos humanos agora

Anote

policiais encurralaram homens, mulheres e crianças. Sem alternativas para escapar da violenta repressão, dezenas de pessoas se atiraram ao rio, que nesse trecho possui uma forte correnteza. A Polícia Federal, em relatório enviado ao ministro da Justiça, Paulo Brossard, refere-se a 93 "desaparecidos". Mas o comandante da PM paraense preferiu "lamentar apenas duas, talvez três mortes". Resta saber agora se a sociedade brasileira vai permitir que atitudes desse tipo permaneçam impunes, ou se vai cobrar uma investigação rigorosa e a punição dos culpados. Uma coisa é certa: não é mais possível ficar calado diante de assassinatos brutais como os que ocorrem no Pará.

A Anistia Internacional, que completa quarenta anos de existência, escolheu o Brasil para lançar a campanha *Direitos Humanos Agora*. Esta foi a primeira vez que um país do Terceiro Mundo sediou o lançamento de uma campanha da organização. A Anistia Internacional pretende, para este ano, mobilizar a opinião pública do mundo inteiro na luta pelos direitos humanos. Além da publicação em várias línguas da Declaração Universal dos Direitos Humanos da ONU, a entidade vai utilizar um recurso poderoso: a realização de uma turnê internacional com a participação de astros famosos como Sting, Tina Turner, Peter Gabriel e Bob Dylan. Do Brasil já confirmaram Milton Nascimento e Beth Carvalho. Durante o lançamento, realizado em São Paulo, em dezembro passado, o roqueiro inglês Peter Gabriel deu o tom exato da contribuição da música na defesa dos direitos humanos: "Quando se olha dentro dos olhos e se aperta a mão de alguém que foi torturado é muito difícil virar as costas e ir embora".

Yanomami: alerta contra o genocídio



terra dos Yanomami. Segundo a Fundação, serão demarcadas "diversas áreas indígenas", solução que lutam pelos direitos das minorias indígenas. Esta é uma solução genocida, porque as áreas restantes seriam liberadas para o garimpo, denuncia Cláudia Andujar.

Diariamente, cerca de dez vôos são fretados em Boa Vista (RR) para transportar até quarenta passajeiros para a área Yanomami. Lá está ocorrendo uma verdadeira "febre do ouro" sem que as autoridades locais e Funai tomem qualquer providência. Segundo a Folha de Boa Vista (15/12/87), está prevista a entrada de 50 mil homens nos garimpos de Koraima. Ainda em dezembro, a situação era tal que a Funai e o governo de Koraima assinaram um convênio, depois de um acordo feito com os garimpeiros, para a instalação de três postos policiais nas regiões em que ocorre a "febre do ouro". Nos últimos dias do ano, as autoridades locais entraram em entendimento com os garimpeiros e seu porta-voz, o empresário José Alino Machado, líder da invasão armada, em 1985, na Serra de Surucucus (contida, na época, pela Polícia Federal e pela Funai) e detido como criminoso. O acordo consiste na manutenção dos 7 mil garimpeiros nas áreas indígenas que já ocupam, em troca da suspensão da entrada de novos grupos de trabalhadores dos garimpos de Itaituba, um dos maiores da Amazônia.

Para a coordenadora da Comissão pela Criação do Parque Yanomami (CCPY), Cláudia Andujar, "a situação é calamitosa". A pressão do Exército para retirar os garimpeiros da região surtiu o efeito contrário ao arrear "homens do ouro" do país inteiro. A Sucam mostra-se apreensiva com a grande quantidade de garimpeiros atacados pela malária. Atualmente trezentos deles estão doentes, sendo que sessenta foram removidos para os hospitais de Boa Vista, em estado grave. Mas se os garimpeiros sofrem os efeitos de sua saga, o que não dizer dos índios Yanomami que têm baixa resistência a doenças levadas por não-índios? Além disso, a atividade garimpeira submete a população local às doenças provocadas pelos produtos usados na exploração do ouro, como o mercúrio. O presidente da Funai, Romero Juca Filho, disse que brevemente vão começar os trabalhos para a demarcação definitiva da

Nicarágua: solidariedade brasileira

Pelo terceiro ano consecutivo, os comitês de solidariedade, organizações populares e sindicais, além do PT, PCB e PDT, formaram uma brigada para a colheita de café na Nicarágua. Até o início de março, 22 jovens brasileiros trabalharão voluntariamente ao lado de brigadistas de outros países na colheita do principal produto de exportação nicaraguense. Esta atividade de solidariedade internacional é promovida pela Juventude Sandinista e não tem apenas um caráter simbólico: no ano passado o trabalho dos brigadistas estrangeiros representou cerca de 7% da produção total do café nicaraguense, sendo que dois brasileiros receberam uma homenagem especial dos sandinistas pela sua produtividade e disciplina no trabalho. Este ano os membros da Brigada Henfil (nome aprovado por unanimidade) se comprometeram a aumentar a contribuição brasileira, principalmente em função da experiência já acumulada pelas brigadas anteriores.

Maria Cecília Iorio



AFER-



Haveria o que é mais marcante, em meio a estes altos e baixos? As múltiplas experiências com escravos e escravas permitem reconhecer traços constantes?

Experiências marcantes?

Há, pois, altos e baixos. Há opções divergentes quanto à escravidão. E isso é muito compreensível. Afinal, nossa Bíblia não é livro de receitas. É a história de Deus conosco. E para entender história, torna-se imprescindível respeitar contextos, momentos, circunstâncias. História não dá receta. Fornece experiência.

Outras vezes prevalece um deslumbramento aos perversos?; Inclusive submissos aos vossos senhores... inclusive a sede naquele conhecido conselho: "Sede vós submeter-se. Até poderia haver valia uma condicão sem horizontes. Resposta em perpetuidade. Escravidão se torna escravo e escrava. Estão subjugados como para vezes parece não haver saída para opções divergem.

Quando ao escravo a Bíblia não é de uma só opinião. Aliás, uniformismos não são o que caracteriza nossa Escritura. As

Altos e baixos

A Bíblia tem gosto pelo porvir. Agrada-lhe ser lida pra frente. Utopia chama-se seu desaguadouro.

Também ao tematizar a escravidão, é bom ler pra frente.

Testamento insiste em ler o Antigo à luz das promessas. Imminente é a vinda do reino.

ns lêem a Bíblia pra frente, outros pra trás!" — é o que dizia um operário há em nossa comunidade. Na hora, a conversa gira em torno da submissão ao Estado, reivindicada por uns, contestada por outros.

Ler pra frente ou ler pra trás — essa prática me parece boa. De fato, na Bíblia pre-

Milton Schwantes

ESCRAVIDÃO NA BÍBLIA

"...que te fez sair da casa da escravidão"

Faça seu pedido através de cheque nominal para o CEDI
Av. Higienópolis, 983
CEP 01238 — São Paulo — SP

Levantamento dos principais fatos que marcam a vida dos trabalhadores urbanos no Brasil, no período que abrange três anos: 1982, 1983 e 1984. Traz análises das conjunturas econômica, política e sindical e um levantamento na imprensa sindical e diária dos principais acontecimentos de cada categoria profissional dos trabalhadores urbanos.

Trabalhadores urbanos no Brasil/82-84, Aconteceu Especial 16, Cz\$ 520,00



Dois lançamentos da série Cadernos do CEDI. O primeiro trata das lutas dos movimentos populares da Zona Leste da cidade de São Paulo e pelo direito à educação. O segundo registra a experiência das igrejas Metodista, Episcopal e IECLB (luterana) na implantação de uma Pastoral Eclesiástica de Periferia no sul do país.

Periferia: desafio à unidade, Cadernos do CEDI 16, Cz\$ 150,00

O caminho da escola — luta popular pela escola pública, Cadernos do CEDI 15, Cz\$ 150,00

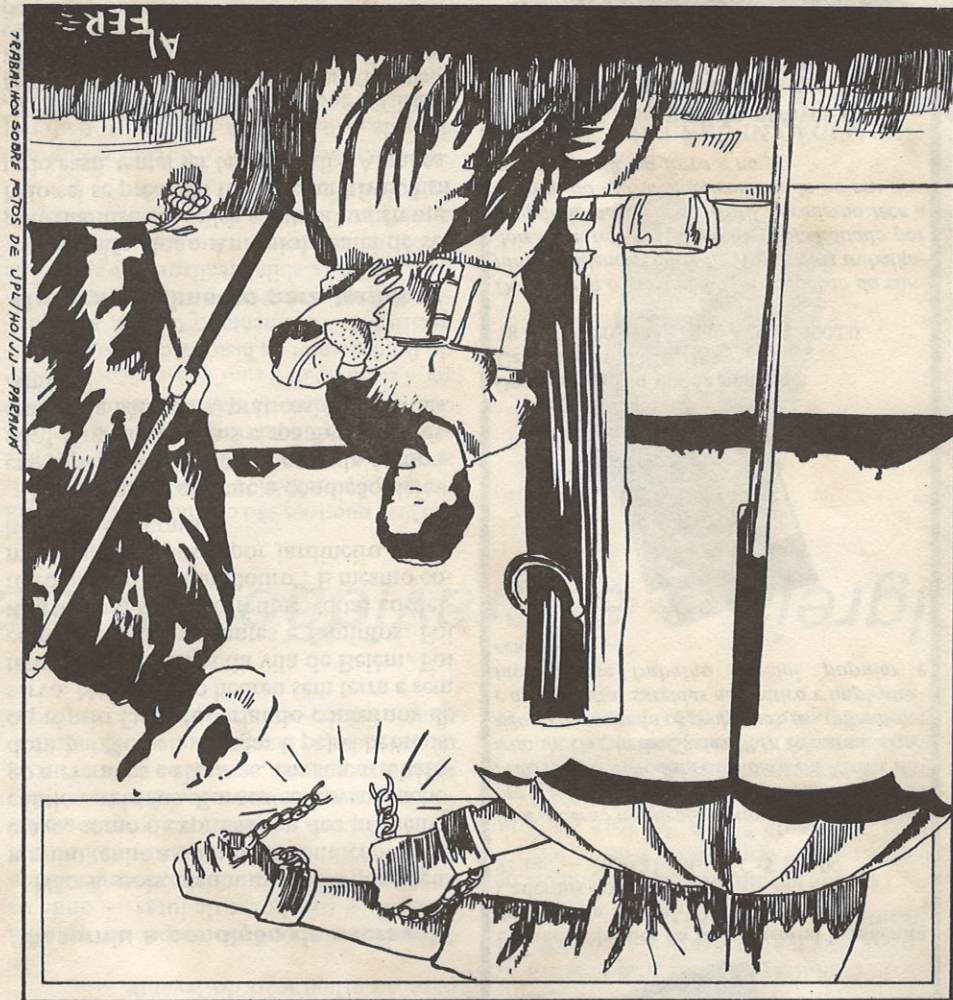


Um enfoque poético-teológico da figura do Pai. "O pai de olhos mansos só existe em nós como uma nostalgia, uma saudade, uma tristeza. Mansidão precisa voltar. E sabemos que ela é a distância que precisa voltar. E por isso que Jesus nos ensina a orar, chamando de volta o olhar manso, aquele que nos fará sorrir de novo. Foi nosso..."

Pai nosso (Rubem Alves), Co-edição com Edições Paulinas, Cz\$ 270,00



PUBLICAÇÕES DO CEDI



78881805 SOBRE FOTOS DE UPU/HO/00 — PARANÁ

Tal libertação está conectada à própria identidade de Deus. Ele "é o que é" como libertador de mulheres, crianças, homens submetidos a trabalho escravo. A rigor não há como entender Deus sem partilhar do caminho dos escravos rumo à terra livre. E efetivamente, a revelação de Deus e a libertação do povo escravizado são dois lados de um único evento. Um pertence ao outro. Ai do dia em que se intentou fragmentar esta indissolúvel unidade entre nós e Deus e sua prática de libertador de gente escrava!

Nada de particularismos!

Hebreus não são uma raça, no mundo antigo. Representam uma categoria social. Vem a ser os sem-terra, os endividados, enfim os pobres, independente de sua raça. Aquelles hebreus libertos por Moisés da escravidão egípcia eram, pois, uma pequena parcela dentre os pobres de então. Neste sentido, não surpreende que o livro do Gênesis seja tão devotado à memória de Hagar. E escrava de origem egípcia. Sara era sua proprietária.

Na Escritura, a história faz sentido. Não é um amontoado de casos. É, pois, justo que se pergunte pelo destino do escravo, na história de Deus conosco.

Pelo visto, nossa atenção se lança para frente. Ler pra frente, eis a questão.

O povo de Deus nasce em meio à casa da escravidão. Suas nascentes se situam nas senzalas egípcias. Terrível foi a operação faragônica. Chegou às ratas do genocídio. Contudo, estas escravas forçadas e estes escravos humilhados formam a manjedoura do povo escolhido. São as primícias dos libertos.

A libertação de hebreias e hebreus escravizados não é, simplesmente, uma experiência entre outras. É, na Bíblia, evento padrão. É experiência fundante e fundamental. O núcleo paradigmático do povo eleito é formado por escravos a caminho da liberdade. Este também é o cerne programático da história de Deus conosco.

Água viva — vida livre

O povo eleito não é povo de escravos, nem em Israel nem em lugar algum. Infe-

recorrer aos termos de Osetas. quietel, Nações se tornam prostitutas, para les de ossos, para falar a linguagem de Eze-

Quando dinheiro é capaz de comprar gente, povo vira defunto. Povos viram va-

Quando dinheiro é capaz de comprar gente, povo vira defunto. Povos viram va-

Quando dinheiro é capaz de comprar gente, povo vira defunto. Povos viram va-

Quando dinheiro é capaz de comprar gente, povo vira defunto. Povos viram va-

Quando dinheiro é capaz de comprar gente, povo vira defunto. Povos viram va-

Dinheiro por gente

Por este trilhão também andam os profetas. Não admitem que se circunscreva Deus à visão estreita dos poderosos. Bem que os reis teriam gostado se fosse possível reduzir Deus ao tamanho de seus ritórios, se fosse viável assimilá-lo à sua mesquinhez monárquica.

Outros foram os caminhos dos profetas. Seus olhos estavam postos nos povos. "E te constitui profeta das nações?" Em meio a estes povos, Israel arlora como paradigma.

Esta egípcia fora deportada de sua terra natal, o Egito, para a Palestina. Ai foi negociada. Sara adquiriu-a. E, como não tivesse filhos, valeu-se de sua "peça", de sua escrava, como reprodutora. Foi engravidada, humilhada, surrada. Enfim foi en-

Quando dinheiro é capaz de comprar gente, povo vira defunto. Povos viram va-

Quando dinheiro é capaz de comprar gente, povo vira defunto. Povos viram va-

Quando dinheiro é capaz de comprar gente, povo vira defunto. Povos viram va-

Quando dinheiro é capaz de comprar gente, povo vira defunto. Povos viram va-

Quando dinheiro é capaz de comprar gente, povo vira defunto. Povos viram va-

Quando dinheiro é capaz de comprar gente, povo vira defunto. Povos viram va-

Quando dinheiro é capaz de comprar gente, povo vira defunto. Povos viram va-

Quando dinheiro é capaz de comprar gente, povo vira defunto. Povos viram va-

Quando dinheiro é capaz de comprar gente, povo vira defunto. Povos viram va-

Quando dinheiro é capaz de comprar gente, povo vira defunto. Povos viram va-

Quando dinheiro é capaz de comprar gente, povo vira defunto. Povos viram va-

Leis com paixão

luz do dia em que a verdade deixar de ser assim concreta!

Há no Antigo Testamento um código de leis formulado sob o impacto da profeta. E um texto de "constituintes" proféticos. Refiro-me ao Deuteronomio. Este livro está dedicado à memória de um Moisés, im-

Quando o capítulo 15 se lança em defesa de fracos e escravos, não recorre a um arrazoado legalista. Lógica e parágrafos não são seu forte. Seu vigor está na emoção. Vai ao fundo do coração para lá exprtir as ganas do lucro. A paixão é o que arrasta leitor e ouvinte para o lado do tra-

Há libertação sem paixão? Não são os apaixonados os mais criativos? As leis deuteronomicas são companheiras nossas no caminho da libertação apaixonante da gente escrava.

"Assumiu a condição de escravo!"

Não é, pois, nenhum acaso que Deus mesmo tenha assumido a condição de escravo, como o expressa um dos primeiros cânticos cristãos. Em seu comovente ache-

Quando dinheiro é capaz de comprar gente, povo vira defunto. Povos viram va-

Quando dinheiro é capaz de comprar gente, povo vira defunto. Povos viram va-

Quando dinheiro é capaz de comprar gente, povo vira defunto. Povos viram va-

Quando dinheiro é capaz de comprar gente, povo vira defunto. Povos viram va-

Quando dinheiro é capaz de comprar gente, povo vira defunto. Povos viram va-

Quando dinheiro é capaz de comprar gente, povo vira defunto. Povos viram va-

PUBLICAÇÕES DO CEDI



A experiência da fé — variações sobre o Homem na Bíblia
João Barreto
171 pp. — 14,9x19,5 cm. — Cz\$ 300,00

O autor passava pelas páginas bíblicas suas reflexões de uma simplicidade encantadora sobre a figura humana daqueles que buscam o Reino de Deus e sua justiça. Não se trata de reflexões sobre personagens na Bíblia, mas sobre o tipo de ser que a fé bíblica produz.



Unidade e prática da fé — Pastoral Ecológica
CADERNOS DO CEDI 17
98 pp. — 20,4x27 cm. — Cz\$ 300,00

Esse caderno traz depoimentos e informações sobre a Pastoral Ecológica da Terra, organizada pelas Igrejas Metodista e Católica em Xerém, distrito de Duque de Caxias (RJ). Retrata a experiência, mostrando os problemas, as contradições e as propostas surgidas na prática e implementadas desse trabalho eclesial, popular e ecumênico.

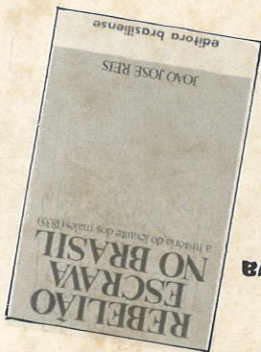


Onze de abril: o dia da audácia
CADERNOS DO CEDI 18
78 pp. — 20,9x26,5 cm. — Cz\$ 300,00

Documenta o movimento de ocupação do condomínio residencial Onze de Abril pelos trabalhadores sem teto em Alvorada (RS). Editado por CEDI em Alvorada (RS). Editado por CEDI em Alvorada (RS). Editado por CEDI em Alvorada (RS).

Faça seu pedido através de
cheque nominal para o CEDI
Av. Higienópolis, 983
CEP 01238 — São Paulo — SP

O Islã comanda a insurreição



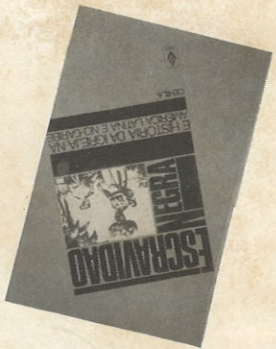
Edson Silva

REBELIÃO ESCRAVA NO BRASIL — a história do levante dos males (1835)
 João José Reis, Brasiliense, São Paulo, 1986,
 296 pp., 14x21 cm.

Uma divida de gratidão, talvez, com o ex-senhor, fez com que o casal de escravos comandada pelo juiz de paz do 2º distrito de São Paulo, Domingos Fortunato e Guilhermino da Rosa de Souza, levasse à frustração um dos maiores levantes organizados pelos negros da Bahia, no século passado. A rebelião comandada pelos "males" (como eram conhecidos os africanos mulumanos) é contada por João José Reis em *Rebelião Escrava no Brasil* — a história do levante dos males (1835).

O levante arquitetado para acontecer nas primeiras horas do dia 25 de janeiro de 1835 — Dia de Nossa Senhora da Guia, data que facilitava a rebelião porque os escravos estavam menos vigiados — foi reprimido antes mesmo que tivesse início. Já no dia 24, por volta das 9 hs da noite, em

Igreja e escravidão no Caribe



ESCRavidão Negra e História da Igreja na América Latina e no Caribe
 Cehila, Vozes, Petrópolis, 1987, 237 pp.,
 13,6x21 cm.

consequência da delação, o presidente da província, Francisco de Souza Martins, era informado dos acontecimentos. Ordenou um alerta geral aos quartéis da cidade e instituiu os juzes de paz que reforçassem as rondas noturnas. Determinou também que a fragata "Batiana" vigiasse o mar de Salvador para evitar a tomada dos navios e uma possível fuga em massa.

Os rebeldes foram às ruas de Salvador antes da hora marcada, numa ação precipitada não pela falta de estratégia mas pelas exigências das circunstâncias. O principal núcleo da revolta, instalado num sobrado da Ladeira da Praça, onde morava Manoel Calafate, um dos líderes, foi reprimido em plena madrugada pela patrulha comandada pelo juiz de paz do 2º distrito de São Paulo, Vicente de Almeida Calafate. Aconteceu aí o primeiro confronto, quando um grupo formado por cinquenta a sessenta africanos reagiu antecipadamente ao momento marcado (5 hs da manhã) para a deflagração do levante.

Apesar do pouco tempo de batalha campal — três horas de lutas — onde os negros levavam grande desvantagem uma vez que portavam apenas armas brancas (facas, facões, espadas) e algumas armas de fogo, o episódio é considerado um dos mais importantes ocorridos na área urbana em todas as Américas. Segundo estimativas oficiais, setenta africanos, entre es-

cravos e libertos, morreram; e como castigo, quinhentos punidos com pena de morte. Isto transportado para os dias atuais, considerando a população de Salvador (de 1,5 milhão de habitantes), a punição seria aplicada a 12 mil pessoas.

Rebelião Escrava no Brasil é dividido em quatro partes: "Sociedade, economia, rebeliões na época dos males", "A rebelião de 1835 e os males", "A comunidade africana em revolta" e "O revide antiáfricana no" João José Reis mostra, no capítulo "A tradição rebelde: revoltas escravas antes de 1835" (Parte I), que a sublevação de 25 de janeiro de 1835 não foi ao acaso. As duas décadas anteriores foram marcadas por insurreições periódicas. Em "Os filhos de Alá na Bahia" (Parte 2), o autor analisa o que se poderia chamar de a alavanca da revolta: a importância do Islã. Rebelião e religião andavam juntas. O Islã "deu forma espiritual, moral e organizativa a homens pobres livres que viviam subordinados aos poderosos protegidos da religião tradicional e mantve viva a esperança de libertação de milhares de escravos mugilmanos". O registro e o resgate da realidade dos males em 1835 são mais um referencial histórico para o avanço da população negra rumo à libertação definitiva.

Edson Silva é repórter do *Diário Popular* de São Paulo, SP.

Duas questões são cruciais para a história da Igreja na América Latina: a da evangelização dos povos indígenas e a dos grupos africanos para aqui transportados e explorados sob o regime de trabalho escravo. E por ser a escravidão e suas consequências o da- do fundamental da história de uma parte específica do continente, o Caribe, a Comissão de Estudos da História da Igreja na América Latina (Cehila) realizou em agosto de 1982, juntamente com sua assembleia anual, o primeiro Encontro de Historiadores da Religião no Caribe.

O encontro foi o ponto de chegada de dois anos de esforços para juntar historiadores, cientistas sociais e teólogos que deram início à difícil tarefa de formar equipes e de identificar fontes para se escrever uma história na perspectiva do social e da dialética das maiores latino-americanas, crenças e oprimidas ao mesmo tempo.

Com *Escravidão Negra e História da Igreja* e *História da Igreja e Caribe na América Latina* e *Caribe na América Latina* dá um grande passo para o resgate do significado da vida, das lutas e da memória histórica das maiores latino-americanas, crenças e oprimidas ao mesmo tempo.

RIR DE MORRER

Rubem Alves

No filme de Bergman a morte joga xadrez com os homens marcados pela peste. Sem escape. A não ser um casal e seu filhinho, artistas, que fogem, enquanto os outros, em procissão, à luz do crepúsculo, dançam com ela o gran finale.

É certo que o final chegará.

Mas que chegue quando chegar, não antes da hora, nos olhos, na insônia, no medo, morte-berne, dentro da carne viva, aguilhando rítmicamente, para que ninguém se esqueça, e a alegria se desvanença...

Pois o Henfil vivia bem no meio: a morte

hemofílica morando no seu corpo, e as encantações de exorcismo, o humor, morando nos seus gestos.

Não, não fazia humor a despeito da morte.

Humor por causa da morte.

Porque a morte, olhada nos olhos, nos torna mais

sábios, e nos diz do ridículo da seriedade.

Sobretudo, a ligação fundamental dos essenciais. A

morte restaura a vida à sua mais pura simplicidade e nos diz das coisas que realmente importam.

É por isto que tenho medo de morte súbita, que

nos agarra ao virar da esquina, quando nos

preparávamos para o prato de sopa. Quero ter

tempo, poder agradecer a cara do tigre, ir me

acostumando, até a familiaridade e, quem sabe, a

amizade. Para aprender as últimas lições e ganhar

aquilo que Fernando Pessoa anunciava: "A paz

perfeita daqueles que já não têm nenhuma

esperança";

O riso é o início da oração. Coisa que ouvi de

Niebuhr. Quando o riso soa os maus espíritos fogem.

Nietzsche dizia haver encontrado o seu demônio, e

que ele era grave e sério, e diante dele todas as

coisas ficavam pesadas e caíam. Mas se houvesse

um deus que subesses dançar, neste ele acreditaria.

Pois é, com o Henfil tudo ficava leve. Humor é

martelo que quebra âncoras e tudo vira nuvem, arco-
íris e o mundo aparece, depois do riso, como coisa

leve, diáfana, flutuante, pneumática...

O Henfil era feiticeiro: sabia fazer esta magia.

E a gente fica grato de que a própria vida tenha

humor, e o tenha feito nascer.

Afinal de contas fazer humor é fazer amor e quem

no amor, não tem humor, acabará por ver todas as

coisas caírem...

